

REVISTA ESPAÇO LIVRE

V. 11 n. 21, jan. jun./2016



ISSN 2316-3011

Nº 21

É...
O CAPITALISMO ESTÁ
INDO MESMO PRO
BURACO!

É VERDADE! MAS É
PRECISO INTENSIFICAR
A LUTA PELA
AUTOGESTÃO SOCIAL!



REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 11, num. 21, jan. jun./2016.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa
Edmilson & Diney

Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG
André Melo/UFG
Lisandro Braga/UFMS-UFG
Felipe Mateus/UFG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF	Juversino de Jesus Júnior/UEG
André de Melo Santos/UFG	Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFG
Cleinaldo Pereira dos Santos/SME	Lisandro Braga/UFMS-UFG
Cleito Pereira dos Santos/UFG	Lucas Maia/IFG
Diego Marques dos Anjos/UNB	Marcos Augusto Marques Ataiades/UEG
Edmilson Borges/UFG	Maria Angélica Peixoto/IFG
Edmilson Marques/UEG	Mateus Ório/UFG
Erisvaldo Souza/UEG-IFG	Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ
Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA	Nildo Viana/UFG
Felipe Mateus de Almeida/UFG	Ovil Bueno Fernandes/UEG
Fernando Lima Neves/USP	Renato Dias de Souza/UEG
Flávio Pereira Diniz/UFG	Rubens Vinícius da Silva/FURB
Gabriel Teles Viana/UFG	Thiago Lemos da Silva/UFU
Jean Isídio dos Santos/UFG	Uelinton Barbosa Rodrigues /UEG
Jaciara Reis Veiga/UFG	Veralúcia Pinheiro/UEG
José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG	Weder David de Freitas/IFG
José Santana da Silva/UEG	Wellington Rodrigues/UFG

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	05
A Pesquisa em História e o Método-Dialético	08
<i>Renan Mosege Araújo Lima</i>	
A Abordagem Sociológica do Conhecimento: elementos para uma crítica marxista	22
<i>Rubens Vinícius da Silva</i>	
Organizações: reprodução ou transformação social?	37
<i>Nildo Viana</i>	
Os Sindicatos	48
<i>Otto Ruhle</i>	
O Trabalho Policial é Improdutivo?	55
<i>Leon Denis da Costa</i>	
Gestão do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: um esboço de formas de dominação e controle da mão de obra	71
<i>Daniel dos Santos Simon de Carvalho</i>	
A mercantilização da comunicação radiofônica	83
<i>Edmilson Marques</i>	

APRESENTAÇÃO

O Conselho Editorial da Revista Espaço Livre vem a público apresentar a sua vigésima primeira edição. Neste número apresentamos um conjunto de textos que corrobora para a reflexão sobre fenômenos diversos da sociedade moderna assim como de questões teórico-metodológicas. É mais uma edição que apresenta o seu objetivo fundamental, qual seja, o de contribuir com a luta pela emancipação humana. E é com este objetivo que este espaço se faz livre das amarras e dos limites da consciência burguesa. Há aqui a manifestação da crítica desapiedada do existente; há aqui a manifestação do desejo por uma nova sociedade, onde a liberdade seja de fato exercida por todos na realidade; há aqui o desejo de uma sociedade onde a liberdade não seja uma ilusão como é no capitalismo.

O grito pela liberdade já há muito se faz ouvir. A história humana está marcada pelas vozes que se concretizam na luta dos explorados e oprimidos. No atual momento ouvimos este grito em vários cantos do mundo. A cada dia aproximamos do dia final. O dia em que a história da luta de classes se tornará uma lembrança, a ser com o tempo apagada. Vivemos um período em que a luta está se acirrando. Passam-se os dias e os indivíduos vão a passos largos superando as ilusões colocadas em suas cabeças pelos auxiliares da burguesia. E a cada passo dado rumo à luta final, encontramos pela frente o grande defensor desta sociedade, o estado.

Esta posição do estado que busca reprimir e controlar as diversas manifestações, que estão se tornando radicais a cada experiência de luta, se dá por um motivo simples: ele deve defender com unhas e dentes a sociedade de sua mantenedora, o capitalismo, sociedade criada pela e para a burguesia. Marx, no Manifesto do Partido Comunista, já havia alertado que o estado nada mais é do que um “comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Mas seus dias estão contados. A luta que vai dar o golpe final em sua abolição já começa a tomar força.

É isso que notamos no atual momento no Brasil e em diversas partes do mundo. Hoje são os estudantes que estão tomando a frente e enfrentando este importante auxiliar da burguesia. Mas amanhã, ou a qualquer hora, será o proletariado e as demais classes exploradas e oprimidas que tomarão a frente nesta luta. Daí surgirá o grito final de “acabou”. Ouviremos um uníssono grito de “acabou a sociedade de classes, acabou este estado de coisa que produz a miséria, acabou a história destes energúmenos que vivem à custa do trabalho

de outros”. Este trabalho final caberá ao proletariado. A ele cabe esta tarefa histórica de efetivar um novo projeto de sociedade, a sociedade autogerida pelos próprios produtores.

É para fortalecer esta luta que a Revista Espaço Livre mais uma vez vem trazer a sua colaboração. Aqui nos deparamos com um conjunto de texto que manifesta uma posição crítica da sociedade, a crítica de questões específicas que a mantém de pé. Aqui publicamos concepções que buscam neste espaço manifestar seu engajamento na luta cultural. É nesse sentido que iniciamos esta edição com o texto de Renan Lima, um texto onde o autor apresenta a importância do materialismo histórico-dialético para a reflexão de diversas questões sociais. O autor o faz demonstrando que este método também pode ser utilizado por historiadores, desde que não o submeta ao crivo e aos limites de sua ciência.

Em seguida Rubens Vinícius da Silva apresenta uma crítica a algumas das “principais tradições intelectuais vinculadas à Sociologia do Conhecimento”, como ressalta. O objetivo do autor é revelar a ideologia que manifesta a concepção daqueles que giram em torno dos programas de Robert Merton, da Escola de Edimburgo, da Escola de Bath e da Escola de Paris. Aqui está uma importante análise para aqueles que buscam romper com a concepção burguesa, uma análise que demonstra como a ideologia burguesa é transvestida na Sociologia do Conhecimento.

Na sequência Nildo Viana oferece sua contribuição através da análise sobre a questão da organização na sociedade moderna. O autor provoca com o título “Organização: Reprodução ou Transformação Social?”. O que ele destaca aqui é a importância de se entender “a finalidade da organização e sua relação com o conjunto da sociedade”. É nesta discussão que há a possibilidade de compreender se a organização contribui para a reprodução ou para a transformação social. O leitor encontrará neste texto uma análise rigorosa sobre a questão da organização na sociedade moderna.

Os editores da Revista Espaço Livre propuseram também apresentar um texto já publicado de Otto Rühle, porém, um texto que foi traduzido por Gabriel Viana, o qual apresenta inicialmente uma discussão sobre a importância deste autor para a luta cultural. É em decorrência de sua importância que buscamos publicar a interpretação que ele apresenta sobre os sindicatos. Sabemos o quanto estes estão presentes na regularização do trabalho e na luta de diversas categorias de trabalhadores. É preciso, no entanto, ir além da concepção burguesa e revelar o que representa de fato o sindicato. Este trabalho é realizado por Otto Rühle que apresenta uma crítica severa a respeito de sua natureza.

Logo em seguida ao texto de Otto Rühle o leitor encontrará uma discussão sobre o trabalho policial, apresentada por Leon Denis da Costa. O autor aí propõe discutir se o trabalho policial é improdutivo. Ele observa inicialmente que a polícia foi criada para ser um instrumento do estado, para servir aos interesses da classe dominante. Ressalta-se assim que a polícia tem um papel importante na manutenção da ordem estabelecida no capitalismo, agindo no controle social. Mas o objetivo central aqui, na verdade, é analisar a relação do trabalho realizado por policiais como um serviço público.

Daniel de Carvalho é o autor do texto seguinte, onde analisa a gestão do trabalho no capitalismo. O autor toma como foco “a forma como as relações produtivas são realizadas”, o que, segundo ele, pode apresentar uma importante explicação sobre como o trabalho é concebido. A questão é que o capitalismo tem necessidade de organizar os locais onde o trabalho é realizado na produção de mercadorias. A esfera da produção e da circulação de mercadorias mantém-se como elementos fundamentais do capitalismo. Aparentemente há um processo de troca entre capital e trabalho, mas segundo o autor há algo mais além desta relação que precisa ser esclarecido.

Finalmente esta edição da Revista Espaço Livre é concluída com um texto de Edmilson Marques, onde o autor aborda a mercantilização da comunicação radiofônica. O objetivo central que apresenta é o de buscar esclarecer o processo inicial que tornou o rádio uma expressão do capital, o qual integra e expressa o capital comunicacional. A mercantilização da comunicação faz emergir uma forma de comunicação distinta, onde os interesses de determinadas classes prevalecem. Mas este processo não é tão simples e na maioria das vezes não observado. Por isso, tratar de suas especificidades se faz importante neste processo da luta por uma sociedade onde os valores autênticos sejam o combustível a alimentar as relações entre os seres humanos.

Esperamos que este número contribua com as reflexões dos leitores que acompanham a Espaço Livre e também para aqueles que se interessarem pelos temas aqui abordados. No mais, desejos uma boa leitura e deixamos aqui o convite para que o leitor também possa contribuir com a Espaço Livre, nos enviando textos que sejam uma crítica que possa contribuir com a luta cultural.

*A todos, uma excelente leitura!
Conselho Editorial
Revista espaço Livre*

A Pesquisa em História e o Método-Dialético

Renan Mosege Araújo Lima*

Introdução

Para se compreender sobre o método dialético é necessário tanto a compreensão do que seja um método, quanto a compreensão do que é a dialética, ou mais corretamente, o que é a dialética desde o ponto de vista aqui adotado. Para tanto, nosso roteiro aqui é o de apresentar a definição de método dialético em Hegel e posteriormente compreender o método dialético em Karl Marx.

Pretende-se apresentar elementos *Sobre o Método Dialético*, onde estarei apresentando brevemente o que é o método dialético historicamente, como se deu o seu desenvolvimento, assim como também sobre os autores que são referência no que se refere à origem e aprofundamento. Posteriormente, *Sobre Método e Pesquisa em História*, onde pretendemos enfatizar os procedimentos básicos que se deve tomar para o desenvolvimento de uma pesquisa no campo da história. Finalizando esta parte, estarei abordando *Os Princípios Básicos do Método Dialético em Marx*. Nesta se encontra a compressão das leituras sobre o método dialético de Marx em confronto com o de Hegel, de forma a sintetizar e explicar o método dialético. Depois, estarei realizando uma comparação entre *Método Dialético e a Pesquisa em História*, trato aqui de fazer comparações do método de Marx e a pesquisa em História, o objetivo aqui é analisar se é possível ou não utilizar este método numa pesquisa em história. E por fim, evidenciarei algumas afirmações que vem perturbar o método-dialético, fazendo com que ele tenha uma marginalização dentro da universidade e como é considerado pela maioria dos pesquisadores como ultrapassado.

Sobre o Método Dialético

Para compreender o método dialético, se precisa entender onde o que é cada qual separado, ou seja, compreender o que é o método e, o que é a dialética. Após, ver a definição de método dialético em Hegel e assim, compreender em Marx.

O que seria método? Esta é uma das perguntas que mais geram polêmica, principalmente nos anos iniciais na universidade, pois existe, conforme Ferreira (2010),

* Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás.

diversos tipos de métodos tais como analítico, dedutivo, de palavras, de pesquisa, *et al.* Sendo assim, *méthodos*, traduzido do latim, método, significa,

[...] caminho para chegar a um fim [...] caminho pelo qual se atinge um objetivo [...] programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado [...] processo ou técnica de ensino; modo de ensinar [...] modo de proceder; maneira de agir [...] Prudência, circunspeção; modo judicioso de proceder; ordem (FERREIRA, 2010, p. 1386).

A partir desta definição, se compreende que método é um procedimento determinado para se chegar a um fim. Sendo que, para cada tipo de pesquisa ou trabalho que se vá fazer, existe um determinado tipo de método.

Dando seguimento ao texto, o que seria a dialética? A dialética tem sua origem no pensamento grego e, a definição desta palavra é discussão ou a arte do diálogo, conforme apresenta Leandro Konder (2008). No dicionário de Filosofia de Nicola Abbaagnano, é apresentado a seguinte definição sobre dialética,

[...] Esse termo, que deriva de diálogo, não foi empregado, na história da filosofia, com significado unívoco, que possa ser determinado e esclarecido uma vez por todas; recebeu significados diferentes, com diversas inter-relações, não sendo redutíveis uns aos outros ou a um significado comum. (ABBAGNANO, 1998, p. 269).

Ou seja, em determinada época, com determinado autor, dialética terá um significado distinto de outra época e de autor para autor, sendo que, segundo Abbagnano, existe quatro significados mais fundamentais, baseado nas doutrinas platônica, aristotélica, estoica e hegeliana. Porquanto, mais adiante ele apresenta que, em seu significado mais ontológico, dialética é,

[...] o processo em que há um adversário a ser combatido ou uma tese a ser refutada, e que se supõe, portanto, dois protagonistas ou suas teses em conflito; ou então que é um processo resultante do conflito ou da oposição entre dois princípios, dois momentos ou duas atividades quaisquer. (ibid., 1998, p. 269).

Não somente esses, mas diversos autores têm distintos significados sobre o que é a dialética, porém, este trabalho se dedica a compreender a dialética, o método dialético em

si, para Marx, a partir da inversão do método dialético de Hegel. Sendo assim e, apresentando algumas definições anterior a de Hegel, Inwood afirma sobre a dialética,

Dialektik deriva do grego *dialektiké (techné)*, que vem de *dialegesthai*, “conversar” e era originalmente a “arte de conversação”, mas foi usado por Platão para designar o método filosófico correto. [...] Zenão de Eléia foi considerado o fundador da dialética, em virtude de suas provas indiretas de, por exemplo, a impossibilidade de movimento, inferindo absurdos ou CONTRADIÇÕES da suposição de que o movimento ocorre. A dialética de Sócrates, conforme retratada nos primeiros diálogos de Platão tende a assumir uma forma destrutiva: Sócrates interrogava alguém sobre a definição de algum conceito que ele empregou [...] e extrai contradições das sucessivas respostas dadas. [...] Para Hegel, a dialética não envolve um diálogo entre dois pensadores ou entre um pensador e o seu objeto de estudo. É concebida como a autocrítica autônoma e o autodesenvolvimento do objeto de estudo, de, por exemplo, uma forma de CONSCIÊNCIA ou um conceito. (INWOOD, 1997, pp. 99 – 101).

Desta forma, assimila-se que o método dialético em Hegel é o idealismo, onde ele afirma que “o real é racional e o racional é real”, isso significa que a realidade vai partir de seu pensamento, e não da própria realidade em si. Marx se dedicou ao estudo da dialética de Hegel, e os resultados da sua pesquisa o levou a considera-lá limitada e, segundo ele, apresentava-se de uma forma invertida. Sendo assim, o interesse de Marx foi o de procurar elaborar um método que se compreendesse a realidade social, os problemas sociais existentes a partir de suas múltiplas determinações para permitir a compreensão de sua determinação fundamental, a luta de classes,

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado, (MARX, 2003, p. 28).

E complementa,

A dialética [...] na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 2003, p. 29).

Desta forma, verifica-se que Hegel restringe sua dialética ao pensamento, de que todo o real é fruto de um pensamento, Marx considera que esta concepção de Hegel está de cabeça para baixo, porquanto, para se compreender o real, é necessário partir da própria realidade e de seu movimento. Se se observa um dado evento, segundo o método dialético em Marx, devo-me ater em fazer sua interpretação a partir da realidade, sendo que, devo considerar o seu movimento histórico e social.

Para poder escrever seu método, tendo como base o de Hegel, porém, realizando a sua inversão, Marx produziu alguns textos que lhe serviu de base sobre sua dialética, como aparece no Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Neste texto, fica claro que, durante um bom tempo Marx se dedicou aos estudos de filosofia e da história, visto que, a partir de um problema do roubo de lenha, onde ele faz uma pesquisa para poder entender a razão deste feito, acaba compreendendo as relações de interesse existentes, bem como na luta de classes, e, conseqüentemente, compreende a limitação do método hegeliano para explicar este movimento.

Novamente ele deixa claro que, seu método parte da inversão da dialética de Hegel, e que “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência”, (MARX, s/d, p. 301). O método-dialético apresenta também que, quando vai se analisar um determinado evento social, deve estar atento ao período, contexto e mentalidade da época, “[...] é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida social e material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção [...]”, (MARX, s/d, p. 302).

Sobre o Método e Pesquisa em História

Já foi apresentado anteriormente o que seria método, sendo que, conforme afirmei, existem diferentes e distintos métodos para as áreas do conhecimento, desta maneira, neste ponto pretendemos abordar a questão do método e a pesquisa em história.

Aróstegui (2006) apresenta o seguinte significado de método,

O método é como uma “bússola”. É, antes de mais nada, um sistema de orientação no trânsito dos caminhos que é preciso seguir para obter certezas. E nesse sentido o método é uma garantia. Se de alguma forma pode-se falar da superioridade do conhecimento científico sobre outras formas de conhecimento é pela superioridade de seu método. Mas o

paradoxo é o seguinte: enquanto o método científico não garante, de forma alguma, a descoberta de verdade, sem ele seguramente não poderemos alcançá-las. Quer dizer, operar “com método”, é uma condição necessária para o êxito da descoberta científica (ARÓSTEGUI, 2006, p. 419).

Ou seja, método em história é o procedimento que o historiador utiliza para conhecer determinado evento ou momento histórico que está pesquisando, ou mesmo explicar o movimento histórico de um objeto ou de um pensador. Pautado por um cardápio de regras pelo qual se deve ater, nesse sentido, ‘de método como bússola’, se compreende que não se pode romper ir além. ARÓSTEGUI (2006) deixa claro, que o método é um conjunto de regras de procedimento, ele ainda alude que o método científico estabelece aquilo que não se pode fazer.

Em uma pesquisa tem se em mente que algo está descoberto, ou mesmo que uma hipótese será refutada ou dar-se um novo entendimento a determinado conceito. Tudo começa quando se pensa um determinado campo de interesse a partir de certas leituras, e posteriormente surge-se uma dúvida, algo ainda não pensado/estudado. Conforme afirma VIEIRA, PEIXOTO & KHOURY (2007, p. 09),

O pesquisador, pensando assim a história, se depara com o desconhecido e vai trabalhar o inesperado; por isso o instrumento com que vai trabalhar ajuda-o mais a perguntar do que a responder. Queremos assim dizer que o processo de investigação não cabe esquemas prévios, e as categorias que servem de apoio ao trabalho serão construídas no caminho da investigação.

Mas, ainda se tem em mente as seguintes questões, como os historiadores pensam a pesquisa e o que é fundamental para uma pesquisa no campo da história? A essas questões, Marc Bloch respondeu em sua obra *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, afirma que,

Dizem-se algumas vezes “A história é a ciência do passado” É no meu modo de ver, falar errado. Pois, em primeiro lugar, a própria ideia de que o passado, enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurda [...] “Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo” O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. (BLOCH, 2001, p. 52-5).

Sendo assim, conforme a citação, a história se dedica no estudo do homem no tempo e, desta maneira, a sua relação com as mudanças, as transformações, o homem como o agente que faz a história.

Quando se fala em pesquisa em história, alguns historiadores pesquisadores afirmam que é preciso se ater a recortes temporais e espaciais, tal como se pede em trabalhos como artigos, monografias, dissertações, teses, et al.

Uma delimitação adequada do período histórico que será examinado é, naturalmente, questão de primeira ordem para qualquer historiador. A escolha de um recorte qualquer de tempo historiográfico não deve, por outro lado, ser gratuita. É inútil escolher, por exemplo, “os dez últimos anos do Brasil Império”, ou “os cem primeiros anos do Egito Antigo”. A escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositalmente redondo (dez, cem, mil), mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada (BARROS, 2005, p. 42).

Se se deve ater nesta afirmação, pois, para se realizar a pesquisa precisa se pensar em suas origens, na totalidade, no movimento histórico na contradição e na finalidade, e assim compreender historicamente como se deu o processo de algo, até se chegar na contemporaneidade. VIEIRA, PEIXOTO & KHOURY (2007, p. 09), esclarece que “todo conceito é histórico, constituído, em determinado momento do processo histórico, por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais, concretos”. Desta maneira, isso confirma que para se pesquisar historicamente um determinado momento histórico/evento, é preciso levar em consideração, não só o centro ou o periférico, mas sim a totalidade.

Ao fazer isso libera a história de muitos preconceitos e conduz à percepção de processos históricos diferentes, simultâneos. Mostra a coexistência de processos de tempos históricos diferenciados e, desse modo, quebra a noção de linearidade, progresso e evolução; portanto rompe com a lógica do capital, presente em muitos trabalhos de investigação social. Traz para a cena histórica agentes sociais antes relegados e valoriza-lhes o saber e a experiência de vida, respondendo a demandas de conhecimento feitas por movimentos sociais de mulheres, de trabalhadores, de pobres, outros. Essas noções de totalidade, de cultura, nos levam a situar a história como um campo de possibilidades. Imaginemos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Dessa forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação de diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo

tomou um dado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras. (VIEIRA; PEIXOTO e KHOURY, 2007, p. 11)

Desta forma, o método-dialético vai pra-além das atividades que ele, o historiador, exerce, que é de “narrar as coisas como realmente aconteceram”, (ARÓSTEGUI, 2006, p. 24), neste sentido, o método dialético não se limita à uma narrativa, mas sim, em compreender o movimento das relações sociais e lutas de classes. Se em uma pesquisa histórica pretende se compreender determinado objeto ou acontecimento, se o pesquisador se colocar como um observador e narrador do que aconteceu, ele estará desconsiderando a totalidade da pesquisa. Tendo isso em mente, se percebe que a ciência acaba limitando a oportunidade de se ampliar uma pesquisa justamente por causa de suas especializações, sendo assim, pois, tem como um dos pontos chaves, separar as questões da história, da sociologia, da filosofia. Tendo clareza disto, das limitações que a ciência trouxe para a pesquisa em história, VIANA (2007, p. 79) afirma que,

A Consciência teórica da história da humanidade ou a concepção materialista da história da humanidade analisa a sociedade como uma totalidade complexa que possui como determinação fundamental o modo de produção.

Posto isto, é claramente perceptível que em uma pesquisa, enquanto limitada a métodos estritos e prescritos como uma receita, não consegue apresentar a totalidade das relações. Por mais que apresente o movimento histórico de determinado conceito ou de determinadas relações que se deu a suceder determinado evento, a sua finalidade, a história não consegue relacionar esse todo, isto é, ligar os pontos em uma pesquisa apresentando o movimento social e a luta de classes, ela, a história, não consegue ampliar a sua visão, limitando-se a uma análise descritiva e não interpretativa a partir do movimento-dialético da sociedade.

Os Princípios Básicos Do Método Dialético em Marx

Marx se preocupou ao realizar o desenvolvimento do método dialético com a proposta de que, quando interpretasse o material, entenderia conseqüentemente, a importância do fim da divisão social de classes. Conseqüentemente, ele se debruçou a produzir trabalhos onde ficasse claro toda a sua pretensão. Quando analisamos o conceito de

dialética na obra de Marx é perceptível que ele não se limita a apenas falar dele, mas demonstrar que este foi desenvolvido como fio condutor para o fim da divisão de classes e para a crítica da realidade social existente. No prefácio da primeira edição do capital, ele faz a seguinte analogia, “[...] na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos”, (MARX, 2003, p. 17). Compreende-se que a única forma/meio que pode analisar as formas econômicas, pode ser compreendida através de seu método, é a partir da própria realidade que se pode racionalizar a mesma.

Observa-se que muitos sabem o que está acontecendo, porém, o mesmo evita comentar sobre, coloca capuz para poder negar o que os olhos veem. Vale lembrar que Marx trata de fatos que aconteciam na realidade do século XIX, porém, isto não deixou de acontecer, afirmo que a magia de ficar sem ver a realidade concreta dos fatos e acontecimentos só tem aumentado e graças, é claro, ao modo de produção capitalista. Marx fez uma observação que ajuda a compreender o motivo da sua dedicação metodológica em contribuir com a classe operária. “Pondo de lado motivos de índole nobre, o interesse mais egoísta impõe às classes dominantes que eliminem todos os obstáculos, legalmente removíveis, que estorvam o progresso da classe trabalhadora” (MARX, 2003, p. 17).

A classe dominante teme o progresso da classe trabalhadora, por razão de que, se a mesma progredir, irá erradicar o sistema de divisão social, promovendo assim uma autogestão, semelhante ao que aconteceu na Comuna de Paris em 1871. No final do primeiro prefácio, Marx reafirma sobre o medo que a classe burguesa dominante tem em razão de que o proletariado possa promover a transformação da sociedade atual: “[...] as classes dominantes já começam a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação” (MARX, 2003, p. 18). E a única forma de compreender que tal acontecimento pode ser promovido é através da utilização do método-dialético e, em razão disto, ele faz a seguinte analogia:

Perseu tinha um capacete que o tornava invisível, para perseguir os monstros. Nós, de nossa parte, nos embuçamos com nosso capuz mágico, tapando nossos olhos e nossos ouvidos, para poder negar as monstruosidades existentes. [...] Não nos apeguemos a ilusões (MARX, 2003, p. 17).

O método-dialético permite com que se olhe para a sociedade capitalista e se observe não uma sociedade com sua forma acabada, mas sim uma sociedade que cria “as condições materiais para a solução desse antagonismo”. Tal antagonismo é a luta que existe dos interesses sociais no capitalismo e, que também ocorreu no modo de produção anterior, mas, não é a pretensão aprofundar isso aqui¹. No segundo prefácio, Marx cita algumas críticas que fizeram sobre o seu método, uma que destaque é a crítica sobre seu fundamento materialista do método,

Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa [...] O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento [...] Marx observa o movimento social como um processo histórico-natural, governado por leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam à vontade, a consciência e as intenções [...] Não existe segundo ele, essas leis abstratas. Ao contrário, cada período histórico, em sua opinião, possui suas próprias leis. [...] O valor científico dessa pesquisa é patente: ela esclarece as leis especiais que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento, a morte de determinado organismo social [...]. (MARX, 2003, pp. 26-28)

Nesta, observa-se claramente que a crítica faz menção de algumas das questões principais para se poder usar o método-dialético, bem como o que o método é capaz de solucionar e como faz isso. Em outras palavras, o método-dialético segue um plano, este perpassa pela totalidade, movimento, contradição e finalidade que estão fundamentados na realidade histórica e social.

Na carta a Annenkov (2001), Marx faz a seguinte afirmação ao sr. Proudhon: “dado que para ele as categorias são as forças motrizes, não é preciso mudar a vida prática para mudar as categorias. Antes pelo contrário, é preciso mudar as categorias, e como consequência teremos a mudança da sociedade real”, (MARX, 2001, p. 184). Desta maneira, é preciso, mudar as relações, no caso abolir ou mudar o modo de produção capitalista, para se ter a mudança da sociedade real. É com base do método-dialético, que se consegue compreender as categorias, entender que “são transitórias e históricas todas as formas econômicas segundo as quais os homens produzem, consomem, trocam” (MARX, 2001, p. 177).

¹ Para quem se interessa em aprofundar sobre antagonismo, ler em “Prefácio 1ª edição de O Capital In: MARX, Karl. O Capital, volume I. São Paulo: Nova Cultura, 1998”.

Isso deixa mais claro que o seu método não é uma questão abstrata que faz analogia a existência de uma sociedade com divisão de classes. Marx não perdeu o seu tempo com afirmações e criticando coisas abstratas. Percebe-se em suas obras, que é quando o método-dialético é aplicado, a sua clareza em relação ao movimento real da sociedade, a partir do ponto de vista do proletariado.

[...] os homens, ao desenvolverem as suas faculdades produtivas, quer dizer ao viverem, desenvolvem certas relações entre eles, e que a forma destas relações muda necessariamente com a modificação e o crescimento destas faculdades produtivas. Não viu que as *categorias econômicas* são apenas *abstrações* destas relações reais, que elas não são verdades senão enquanto essas relações subsistem (MARX, 2001, p. 181, *grifos do autor*)

Esta citação deixa mais claro que o movimento histórico das relações de produção está, numa totalidade, envolvido com todas as relações humanas de produção. Ou seja, para se entender o movimento das sociedades, é necessário ter uma visão, não deturpada, mais clara a respeito das relações e da luta entre as classes sociais. Precisa-se quebrar o espelho e ver para além do reflexo, e o método-dialético de Marx permite-se enxergar as relações do movimento. É importante, ao leitor, estar atento aos autores que fazem seus trabalhos posterior a Marx, sendo que, muitos podem utilizar-se do método-dialético, porquanto, deve-se ater: primeiramente de qual ponto de vista esteja querendo realizar determinada pesquisa, pois, este método serve para mostrar as entranhas do passado do ponto de vista do proletariado, como é notório na dialética em Marx. Partindo desse ponto de vista, é possível assim compreender o contexto ao qual está pesquisando. E, essencialmente, se ater aos textos de Marx, buscando um embasamento concreto sobre quem está usando, se realmente ele está partindo do método-dialético que Marx desenvolveu.

Método Dialético e a Pesquisa em História

Neste ponto buscaremos realizar uma discussão onde apresente alguns elementos que mostram que é possível utilizar o método-dialético, em Marx, numa pesquisa em história. O método dialético ou, o método materialista histórico dialético, em Marx, se torna importante para uma pesquisa, aqui no caso para a história, por se

[...] apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que

há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada [...] (MARX, 2003, p. 28).

Sendo assim, este método, apresenta historicamente as relações de interesses na sociedade, na forma em que se deu e acontece o seu movimento. Pois, como bem afirmou Marx e Engels, a história das sociedades, e assim da relação do homem com a sociedade, é a história da luta de classe (VIANA, 2007, apud MARX e ENGELS, 1987).

O método de pesquisa histórico possui especificidades, e isto acaba limitando por ficarem presas a pesquisas onde não demonstram o movimento real da sociedade, pois, como bem afirmou Bloch (2001), a história estuda o homem no tempo, porquanto, acrescento as palavras de Marx e Engels (2002, p. 17):

As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e a suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação [...] A primeira premissa de toda a história humana é, evidentemente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato real a ser constatado é, portanto, a organização destes indivíduos e a relação que, por isso, existe com o resto da natureza [...] Toda a historiografia deve partir destas bases naturais e da sua modificação provocada pelos homens no decorrer da História.

Esta citação apresenta de forma clara, precisa e sem mais o que acrescentar em relação a como se deve proceder em uma pesquisa histórica, sendo que, foi apresentado anteriormente como é que se procede o trabalho do historiador, bem como na variedade de métodos que se tem para trabalhar, pensando neste sentido poderia se chegar à conclusão de que o método-dialético seria apenas mais um método/um ponto de vista para se compreender historicamente determinado evento. Só que não é essa a pretensão de Marx ao desenvolver o método dialético, pois, quando ele faz a inversão do método idealista de Hegel, desenvolve um fio condutor que mostre realmente as pretensões pela qual determinados eventos aconteceram, enfatizando que, existe uma luta de classes.

Se o historiador tem como finalidade demonstrar em sua pesquisa o que de fato aconteceu em determinada sociedade, cabe a ele usar de um método que lhe forneça base para se compreender o movimento, não a favor de legitimar a dominação de uma classe sobre a outra, que é o que mais acontece, mas sim de se explicar a partir daqueles que foram explorados e/ou que são os ‘desnecessários’ na compreensão do passado.

De forma mais clara, o método-dialético fornece base para a compreensão dos enredos da pesquisa do passado por ser um método que demonstra que o passado não é compreendido de forma linear. Os estudos de Marx torna possível a compreensão fundamental para a realização da pesquisa histórica, sendo ela o tema que for, é necessário levar em consideração o processo histórico, como toda a história é humana, conforme afirmou Marx e Engels (2007), deve se levar em consideração os interesses dos indivíduos daquele grupo pesquisado, a realidade que eles defendiam, assim como o que levava o objeto pesquisado a ter aquele pensamento, ou seja, considerar o pressuposto de que algo se formou mentalmente e ideologicamente naquele período e que proporcionou com que acontecesse este evento.

Àqueles que se dedicam em reproduzir na atualidade, à luz de um grupo socialmente que deseja a continuidade de seu domínio sobre outro, a legitimar o domínio burguês, aos pesquisadores que promovem essa reprodução, deve-se combatê-los a partir do referente que o método-dialético em Marx proporciona. É fato que o método dialético é importante na luta cultural, no embate as ideias e, enfatizo, na luta de classes.

Considerações Finais

Não daria aqui para colocar em poucas palavras a razão pela qual o método-dialético não é tão bem visto dentro da universidade. Mas, em linhas gerais e inserindo também algumas experiências próprias, afirmo que, um dos motivos que os estudantes enfrentam hoje é a não explicação clara do que seria o método-dialético em Marx, assim bem como na falta de tempo e interesse dos mesmos a ler e procurar entendê-lo.

Poucos são os professores universitários que dominam o que seria o método-dialético a partir de Marx. Muitos dos indivíduos que não o dominam, procuram deturpar o mesmo com afirmações tais como “*se trata de uma religião*”, ou mesmo “*aqueles que usam este método são pessoas com mentalidade reduzida e o conhecimento muito fechado em relação ao conhecimento de outras teorias e métodos*”, e o mais interessante disto tudo é que grande parte desses indivíduos não apresentam a clareza na leitura do autor, que demonstre honestidade para explicar o que seria o método-dialético.

Karl Marx ao realizar seu trabalho de inverter ou virar de ponta cabeça o método hegeliano, promove o desenvolvimento de um método voltado para contribuir com a extinção da divisão social de classe. O seu método se baseia no proletariado, e, para o grupo

que tenta a todo custo inibir a divulgação deste método, é mais do que claro que essas mesmas pessoas são contra a luta para abolir o atual sistema. Nesse sentido, este trabalho buscou por uma compreensão do que é o método-dialético em Marx, assim como também, por estudo de autores, MARX e ENGELS (2001, 2002, 2003, 2007) VIANA (2007) entre outros, que possibilite aprofundar e nos dê elementos para compreender a pesquisa em história a partir do método-dialético.

Não deixando de lado a pesquisa, este trabalho também deixa claro que o método-dialético serve de base para qualquer tema proposto, aqui no caso, dentro da disciplina de história, porquanto ele também não se limita à uma disciplina. Desta maneira também ajuda no combate daqueles que afirmam a falta de competência teórica que este método possui.

Por fim, resta àqueles que não se deixa levar pelo o que as pessoas (professores, diretores, familiares ou instituições políticas e religiosas) afirmam sobre a realidade dos acontecimentos, de fazer uma leitura crítica dos interesses ocultos na utilização de determinados métodos e formas de se desenvolver uma pesquisa, pois se se quer contribuir com pesquisas em uma perspectiva da mudança, da transformação social e, falar sobre a realidade concreta, o método-dialético em Marx é a melhor forma de se pesquisar a totalidade das relações e o modo de produção.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martin Fontes, 1998.
ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRYAN, Magee. *História da Filosofia*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1999.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886- 1944. *Apologia da história, ou, O Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Curitiba: Positivo: 2010.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MARX, Karl. Carta a Annenkov In: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. Prefácio 1ª e 2ª edição de O Capital In: MARX, Karl. *O Capital, Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A Ideologia Alemã, 1º Capítulo: Seguido da Teses Sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Obras Escolhidas, Volume I*. São Paulo, EDITORA ALFA-OMEGA, s/d.

VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha e KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2007.

A abordagem sociológica do conhecimento: elementos para uma crítica marxista

Rubens Vinícius da Silva *

Introdução

O presente trabalho visa demonstrar o conteúdo ideológico de algumas das principais tradições intelectuais vinculadas à Sociologia do Conhecimento. Num primeiro momento, faremos uma breve síntese de quatro das concepções que expressam a abordagem sociológica do conhecimento: os programas de Robert Merton, os programas forte (Escola de Edimburgo) e empírico (Escola de Bath) e a teoria do ator-rede (Escola de Paris). Após, iremos realizar uma crítica aos limites e insuficiências de tais concepções, a partir do materialismo histórico-dialético, demonstrando os vínculos indissolúveis entre a sociologia do conhecimento e a perspectiva burguesa expressa na ação da intelectualidade.

Neste sentido, consideramos que as opções teóricas e metodológicas tanto dos aspirantes a intelectuais quanto dos membros desta classe estão em diversos momentos envoltas em conflitos constantes, de modo que o conteúdo desta produção tende a reforçar uma interpretação marxista acerca desta vertente específica das Ciências Sociais.

O procedimento adotado para cumprir esta tarefa percorrerá o seguinte itinerário: partiremos de apontamentos relativos ao contexto social e histórico que forneceu as condições de possibilidades para o surgimento das referidas abordagens. Ademais, efetuaremos uma breve descrição do processo histórico de vida de seus principais representantes intelectuais, relacionando suas produções teóricas com o contexto histórico-social no qual estas foram produzidas.

Por último, será efetuada uma síntese crítica dos sistemas de pensamento complexo, analisados a partir do método dialético. Tal objetivo será cumprido ressaltando as contribuições, aspectos em comum, limites e contradições das abordagens da sociologia do conhecimento selecionadas. Em especial, demonstrar o fundamento ideológico da sociologia do conhecimento e seus vínculos com a manutenção das relações sociais características da sociedade capitalista.

* Bacharel em Direito pela Uniasselvi/FAMEBLU. Licenciando em Ciências Sociais da FURB – Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina.

O aprofundamento da divisão capitalista do trabalho intelectual proporciona o aumento da especialização. Neste sentido, o desenvolvimento histórico da ciência faz com que esta passa a se dividir em diversos ramos, os quais se dedicam ao estudo de fenômenos sociais mais específicos. No caso concreto da epistemologia (considerada a teoria da ciência, a teoria do conhecimento, a ciência da ciência, entre outras definições) o seu objeto de estudo é bastante delimitado. Trata-se da sistematização, institucionalização e consolidação de diversas disciplinas no seio da própria sociologia. Dentre elas, cabe destaque a sociologia do conhecimento. Esta separação entre ciência e outras formas de representação da realidade social¹ tem seu fundamento na questão metodológica. A característica básica do conhecimento científico é o uso do método que lhe é específico, ou seja, a utilização do método científico como instrumento para análise e compreensão dos fenômenos sociais.

A partir de agora, iremos nos debruçar de modo breve sobre cada uma destas formas de pensamento complexo, buscando sintetizar seus programas. Para tanto, teremos como fio condutor considerações acerca do contexto social e histórico, o qual forneceu as condições materiais que tornaram possível o desenvolvimento das referidas tradições intelectuais. A abordagem sociológica do conhecimento é uma expressão das tradições dinâmicas da epistemologia das Ciências Sociais. Trata-se de como determinados sociólogos se dedicaram ao estabelecimento da complexa relação entre produção de conhecimento em geral e a ciência.

2.1 A abordagem sociológica do conhecimento: o programa mertoniano

Robert Merton (1910-2003) é um dos grandes nomes da sociologia nos Estados Unidos, especialmente após o fim da Segunda Guerra. A partir dos anos 50, temos o avanço do processo de institucionalização da disciplina no país, com a formação de novos institutos, centros de pesquisa e publicações, inaugurando uma nova fase na produção sociológica nos EUA. Neste momento histórico, a Fundação Rockefeller assume a hegemonia no financiamento das pesquisas.

A trajetória intelectual de Merton abarca diversos escritos, os quais tratam de temas como a comunicação de massa, a burocracia e ao nosso tema de interesse: a sociologia da ciência. Seu interesse pela ciência está intimamente vinculado aos seus estudos na

¹ A ciência é a forma de pensamento complexo que expressa de forma mais bem acabada a perspectiva da classe burguesa, ao passo que a teoria é manifestação dos interesses históricos da classe revolucionária de nosso tempo: proletariado. A este respeito, cf. VIANA (1997) e Marx & Engels (2004).

Universidade de Harvard, no final da década de 30. Nela será aluno assistente de Piotr Sorokin, que em 1937 funda o departamento de Sociologia. Também em Harvard ele irá manter contato com o então jovem professor de sociologia Talcott Parsons, cujo interesse por sua produção intelectual reforça suas preocupações a respeito dos aspectos sociológicos da ciência (MATTEDI, 2006).

Merton contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da abordagem sociológica da ciência, através da importância por este atribuída ao desenvolvimento científico e tecnológico como fatores para o avanço da sociedade moderna. O caráter original de sua produção tem como principal destaque o enfoque dado às diversas questões relativas ao problema do conhecimento, centrando sua análise no conhecimento científico. O interesse não se encontra nos métodos, mas nos costumes, na cultura, nos valores e nos demais aspectos que o rondam (MATTEDI, 2006).

Neste sentido, Merton irá abordar a ciência não como mais um tipo de saber complexo e sim como uma instituição social, dotada de relativa autonomia frente às pressões sociais e regida segundo modos específicos de regulação: as interações e influências recíprocas da estrutura social e dos produtores dos conhecimentos que recebem o status de ciência. A este campo específico do conhecimento Merton dará o nome de *sociologia da ciência*. Na introdução da Parte IV de sua gigantesca coletânea de trabalhos que no Brasil recebeu o nome de Sociologia: Teoria e Estrutura, Merton nos fornece uma interessante síntese do objeto de estudo da disciplina:

Em suas linhas gerais, a matéria da sociologia da ciência é a *interdependência dinâmica* entre a ciência, como atividade social em movimento que faz nascer produtos culturais e de civilização, e a estrutura social que a envolve. As relações *recíprocas* entre a ciência e a sociedade constituem o objetivo da pesquisa, como tiveram de reconhecer os que se dedicaram seriamente a estudos sobre sociologia da ciência. Mas, até há pouco, a reciprocidade dessas relações recebeu atenção muito desigual, pois dedicou muita atenção à influência da ciência sobre a sociedade e pouca atenção sobre a influência da sociedade sobre a ciência (MERTON, 1970, p. 631, sublinhados e acentos no original).

O conjunto de contribuições fornecidas por Merton para a sociologia da ciência é denominado programa mertoniano. Quando da análise de sua dinâmica, se percebe nítida influência da obra de Max Weber. Para fins didáticos, podemos dividi-lo em duas partes fundamentais: a primeira, relativa às suas primeiras publicações, em especial ao interesse destinado às relações entre puritanismo e ciência, com os estudos relacionados ao “ethos

puritano”; e a segunda, marcada pela reorientação e revisão de alguns de seus postulados, com especial atenção dada ao “ethos científico” (MATTEDI, 2006).

Quando do início de suas preocupações relativas à análise sociológica da ciência, Merton irá estudar as relações entre produção científica, cultura e sociedade na Inglaterra do século XVII. Ao analisar a intelectualidade reunida em torno da Royal Society (criada em 1660 e dedicada à promoção do conhecimento científico, tendo aluginado quando de sua fundação nomes como Isaac Newton, Robert Hooke e Robert Boyle), o autor irá perceber o forte elo estabelecido entre a sociedade e a ciência, expresso na grande semelhança dos elementos centrais da doutrina puritana com as qualidades exigidas para a prática da atividade de cientista. Estes valores e regras do puritanismo, no entender de Merton, teriam exercido influência decisiva para a constituição e difusão da ciência, em particular na Inglaterra do século XVII. De acordo com Mattedi:

Para Merton, portanto, na relação entre glorificação de Deus e a utilidade econômica que caracterizam o surgimento da ciência, evidenciam-se as ligações constantes entre ciência e estrutura social. Contudo, é preciso ressaltar que se num primeiro plano a análise mertoniana parece indicar uma extensão da célebre análise realizada por Weber sobre as relações entre a ética protestante e o capitalismo, é preciso destacar que, num segundo plano, ela promove uma inversão da problemática epistemológica weberiana por meio de uma sociologização da questão dos valores. (...) A maior parte da análise mertoniana também se destina a identificar e isolar analiticamente os elementos extracientíficos que determinavam a concentração da atenção científica em torno de certos campos de observação, mas com o objetivo de mostrar como a presença destes valores em uma determinada sociedade tornou possível a institucionalização da ciência (MATTEDI, op. cit. p. 98-99).

É justamente a partir desta inversão da lógica weberiana relativa à questão dos valores que fará com que Merton irá voltar suas atenções para a ciência enquanto conjunto de prescrições normativas. A expressão mais acabada se encontra nos seus estudos posteriores, caracterizados pela tentativa de compreender o que o autor chamou de *ethos* da ciência, visando sustentar a tese de autonomia relativa da comunidade científica frente aos processos sociais:

O “ethos” da ciência se refere a um complexo de tom emocional de regras, prescrições, crenças, valores e pressupostos, que obrigam moralmente os cientistas. Algumas fases desse complexo podem ser metodologicamente desejáveis, mas a observância das regras não é dita somente por considerações metodológicas. Este “ethos”, como os códigos sociais em geral, é apoiado pelos sentimentos daqueles a quem se aplica. A transgressão é reprimida por proibições admitidas pelo grupo e por reações emocionais de desaprovação,

postas em movimento pelos que apóiam o “ethos”. Existindo um “ethos” efetivo dêsse tipo, o ressentimento, o rancor e outras manifestações de antipatia operam quase automaticamente para estabilizar a estrutura vigente. (...) Pode se considerar o “ethos” como o ingrediente “cultural” da ciência, enquanto diferente do ingrediente de “civilização” (MERTON, op.cit. p. 641, aspas e acentos no original).

Merton irá sustentar que somente nas sociedades liberais e democráticas é possível a existência de condições sociais que permitam a garantia deste conjunto de normas, as quais garantem a autonomia da comunidade científica. Isso significa dizer que nestas formas de governo, a ciência não está inteiramente submetida às exigências impostas pelos donos do poder político e econômico. Sua análise da dinâmica da comunidade científica o leva a erigir quatro imperativos de ordem moral, os quais constituem o comportamento dos cientistas e a ciência enquanto uma atividade social (MATTEDI, 2006).

O primeiro imperativo é o universalismo, o qual expõe que as pretensões de verdade e validade do conhecimento científico têm que estar submetidas a critérios de ordem impessoais e preestabelecidos: devem estar consoantes com o conhecimento e observação confirmados previamente. O estatuto científico não depende das qualidades individuais ou sociais e sim de preceitos objetivos. O segundo imperativo é o comunismo, fundado no postulado segundo o qual os avanços da ciência são produtos sociais, sendo destinados à comunidade. Devido à necessidade de ser divulgado e difundido, o conhecimento científico não é propriedade exclusiva de seu produtor (MATTEDI, 2006).

O terceiro imperativo é o desinteresse. Este imperativo indica a existência de um determinado padrão de controle comportamental dos cientistas pelas instituições. Dessa forma, a produção científica é movida segundo o seu caráter testável. O desinteresse da comunidade de cientistas é reforçado por conta da necessidade de prestação de contas no seio da esfera científica. O quarto e último imperativo colocado por Merton é o ceticismo organizado. Ele prevê que o conhecimento científico é constantemente colocado à prova, segundo critérios empíricos lógicos e um exame imparcial de seus fundamentos, antes de sua validação (MATTEDI, 2006).

O avanço das produções, descobertas e polêmicas relativas ao desenvolvimento das ciências faz com que Merton efetue uma revisão do modelo de normas prescritivas que constitui o *ethos* do cientista. Neste sentido, o imperativo do comunismo é reformulado, uma vez que para este sociólogo estadunidense os conflitos concernentes à prioridade são a base da estrutura cultural do conhecimento científico. Daí ele caracterizar a ciência enquanto

instituição. Assim, ele irá introduzir duas novas normas que compõem o conjunto de prescrições e obrigações morais do cientista: a originalidade (vinculada à necessidade da valorização do progresso da ciência; tal imperativo constrange a comunidade científica a provar a originalidade de suas produções, através do aparecimento de resultados inéditos, contribuindo para o fomento dos conflitos sobre a prioridade) e a humildade (vinculada à tendência dos cientistas em reconhecer publicamente os seus limites; as dedicatórias nos trabalhos científicos são um exemplo de seus agradecimentos e uma expressão de sua falibilidade).

A obra de Merton logo encontrou diversos adeptos, bem como em torno dela foram se constituindo diversos grupos com posições críticas. Dentre os quais, podemos destacar os representantes da Escola de Edimburgo (com o programa forte da sociologia do conhecimento), da Escola de Bath (com o programa empírico da sociologia do conhecimento) e da Escola de Paris (que tem sua expressão na teoria do ator-rede), os quais expressam o processo de renovação da abordagem sociológica do conhecimento e serão alvo da próxima parte do presente trabalho.

2.2 A renovação da abordagem sociológica do conhecimento: a escola de Edimburgo, a escola de Bath e a escola de Paris

O programa forte da sociologia do conhecimento foi elaborado pelo conjunto de trabalhos produzidos em torno do centro de ciências da Universidade de Edimburgo, na Inglaterra, a partir da segunda metade da década de 60. Reuniu os nomes de Barry Barnes, David Bloor, Donald Mackenzie e Steve Shapin. O programa forte foi a resposta intelectual dada ao programa mertoniano da sociologia da ciência. A insatisfação com o desenvolvimento das preocupações relativas à abordagem sociológica do conhecimento, bem como a ruptura entre a divisão social do trabalho intelectual (expressa no conflito entre sociologia e filosofia) caracteriza o programa forte (MATTEI, 2006).

Como já mencionamos os partidários do programa forte retomam e aprofundam teses já expostas em pensadores como Thomas Kuhn e Ludwig Wittgenstein. Do físico estadunidense é retomada a noção de paradigma, embora com a ressignificação expressa no questionamento à pretensa autonomia da ciência com relação ao conjunto das demais relações sociais. Assim, para os entusiastas do programa forte, os paradigmas expressam dois modos de vida incompatíveis, visando expressar o interesse dos cientistas na produção

do conhecimento. De Wittgenstein os autores retomam a tese do “jogo de linguagem”, expressão cunhada por este pensador para designar a língua e sua fala como participação numa determinada forma de vida. Contudo, os representantes da escola de Edimburgo atribuirão um significado novo a esta noção: para eles, a metáfora alude o conjunto de controvérsias da ciência como sendo a manifestação de comportamento distintos frente ao mundo e aos demais seres humanos (MATTEDI, 2006).

O procedimento adotado para estudar as influências exercidas pelo contexto social na produção científica retoma o empirismo, com enfoque nos interesses. Este “modelo de interesse” é o modo pelo qual se dá a explicação da geração do conhecimento, fruto de expectativas e finalidades relativas a um contexto sócio-histórico determinado. O modelo estabelece que

(...) o conteúdo do conhecimento científico deve ser considerado por meio da análise sociológica dos interesses mobilizados pelos cientistas na produção do conhecimento. No modelo de interesse distinguem-se dois tipos de interesses: “interesses gerais” relativos à predição e controle da realidade, e “interesses específicos” relativos às posições dos atores. Os interesses gerais dizem respeito às motivações cognitivas dos cientistas (...). Os interesses específicos dizem respeito às motivações sociais dos cientistas (MATTEDI, op. cit. p. 161-162).

O programa forte buscou ampliar a reflexão sociológica para os mais diversos estudos científicos, buscando superar a inibição dos sociólogos frente às ciências naturais e exatas. Assim, de acordo com Bloor a análise do sociólogo não deve partir de fatores distintos para a explicação de situações falsas e verdadeiras. A busca pela superação da divisão dicotômica entre as formas de conhecimento (ordinário e sistemático) se dá com a ideia segundo a qual o conhecimento é uma crença partilhada pelos homens, em tudo aquilo que acreditam com confiança. Este autor irá elaborar quatro princípios básicos referentes ao estudo sociológico do conhecimento científico: a) princípio da causalidade; b) o princípio da imparcialidade; c) o princípio da simetria; d) princípio da reflexividade.

O princípio da causalidade irá colocar que o conhecimento sociológico é causal. O interesse fundamental é pelas condições sociais que tornam possíveis as crenças e formas do conhecimento que são observados. O princípio da imparcialidade enuncia que a sociologia deve adotar uma postura de imparcialidade referente ao caráter falso ou verdadeiro/racional ou irracional do conhecimento. O princípio da simetria coloca que os mesmo tipos de causas devem ser usados para a explicação de crenças, sejam elas falsas ou verdadeiras. O último

princípio (reflexividade) postula que os modelos usados pelos sociólogos devem ser aplicados à produção sociológica, buscando evitar que a análise da sociologia do conhecimento caia em contradição (MATTEDEI, 2006).

Outra escola inglesa que se preocupou com a problemática da abordagem sociológica do conhecimento foi a Escola de Bath, surgida no início da década de oitenta. Os principais representantes desta abordagem foram Harry Collins, David Trevis e Trevor Pinch. Este conjunto de autores buscou partir do foco na questão dos interesses e do princípio da simetria, fundados pela Escola de Edimburgo através da elaboração do programa forte. Contudo, a diferença reside na importância dada aos experimentos e replicações científicas, que permitiriam o resgate sociológico da compreensão das ciências da natureza para entender os detalhes da técnica e ciência modernas, buscando delimitar com precisão os objetos de estudo. Tal processo permitiu a aplicação de técnicas tradicionais da pesquisa sociológica como o método de observação do pesquisador (MATTEDEI, 2006).

O programa empírico da abordagem sociológica foi formulado por Harry Collins, visando compreender o processo de abertura e fechamento relativo às controvérsias no seio da atividade científica. Tal programa se fundamenta em três procedimentos. No primeiro, busca-se mostrar como as descobertas científicas dão margem a mais de uma interpretação. No segundo são estudados os mecanismos sociais que favorecem o fechamento das controvérsias e limitam a flexibilidade de interpretação das produções científicas. O terceiro procedimento relaciona o processo de fechamento destas controvérsias com o contexto social e político (MATTEDEI, 2006).

Também nos anos oitenta é criada a Escola de Paris. Seu surgimento se deu em torno dos trabalhos de Bruno Latour e Michel Callon, que tratavam do processo de inovação científica, cultural e técnica. Uma das contribuições importantes do grupo é a tentativa de superar a atividade do cientista como algo distinto das demais atividades humanas. Assim, a produção do conhecimento científico se volta para as práticas sociais dos cientistas em seus locais de trabalho, deslocando o foco da abordagem sociológica da ciência para a descrição metódica da pesquisa, na tentativa de impedir que a suposta oposição entre o mundo natural e o mundo social dificulte a abordagem sociológica do conhecimento (MATTEDEI, 2006).

O desenvolvimento das pesquisas de Latour e Callon sobre a relação estabelecida entre os diferentes atores e entidades que contribuem para o desenvolvimento do trabalho dos cientistas irá levá-los a estabelecer uma abordagem nova do problema do conhecimento:

a teoria do ator-rede. De acordo com seus defensores, o ator é definido a partir do papel que desempenha na rede. Assim, é possível transcender os dualismos dominantes no seio das ciências, tais como sujeito/objeto, verdadeiro/falso, conhecimento/poder, admitindo que pessoas, animais, coisas, objetos e instituições são atores. Já a rede representa interligações das conexões onde os atores estão envolvidos.

O esforço realizado por Latour e Callon se concentra na articulação existente entre ciência, técnica e sociedade. Neste sentido, a análise nos termos da rede socio-técnica implica no reconhecimento de questões que aparentemente são exteriores à produção científica. O conhecimento científico é produzido não somente no interior dos laboratórios científicos, mas se estende a diversas atividades intelectuais. Assim, temos um processo simultâneo, no qual a sociedade constrói e é contruída pelo conhecimento científico:

Até recentemente a maior parte da abordagem da sociologia do conhecimento estabelecia uma diferença entre a ciência e a técnica: a técnica era concebida como a aplicação direta e não problemática da ciência. A relação entre o mundo social e o conhecimento científico era descrita como diferente: os sociólogos da ciência não tratavam dos problemas da técnica, enquanto os sociólogos da tecnologia tratavam a ciência apenas marginalmente. As fronteiras evidentes entre a ciência e a técnica que parecem evidentes nos trabalhos da sociologia da década de sessenta e setenta tornaram-se problemáticas (MATTEI, op. cit. p. 195-196).

Nesse sentido, podemos perceber que as diversas tradições intelectuais que se dedicaram à análise acerca das condições de possibilidade, interesses e motivações relativas à produção de conhecimento sociológico carregam consigo diferenças pontuais. Contudo, as questões essenciais, que se estabelecem após uma leitura mais acurada dos autores acima citados, manifestam-se na identidade estabelecida na defesa de uma pretensa autonomia da classe intelectual. A partir de agora, iremos nos fundar no marxismo, no sentido de desmascarar os vínculos de classe entre tais tradições intelectuais e a manutenção do modo de produção capitalista.

3. O fundamento ideológico da sociologia do conhecimento e a crítica marxista

Até aqui nos dedicamos a apresentar breves e sintéticos apontamentos acerca de quatro das concepções mais famosas relativas à abordagem sociológica do conhecimento produzida no seio das Ciências Sociais. Para não ficarmos nos limites de um trabalho meramente descritivo, algumas considerações de ordem crítica e reflexiva se fazem urgentes e necessárias.

Sem dúvida, as três concepções ora sinteticamente descritas nos fornecem interessantes contribuições para a análise da relação entre a produção de conhecimento e a sociedade moderna, que historicamente lhe fornece suas condições de possibilidade. Contudo, podemos também encontrar alguns limites no arcabouço intelectual dos autores aqui analisados. Assim, a realidade é que os programas mertoniano, forte e empírico da ciência são produções complexas que visam legitimar e justificar algo recorrente na produção sociológica relativa ao problema do conhecimento: uma pretensa autonomia da comunidade científica (e, por conseguinte, da produção dos cientistas) frente ao conjunto das relações sociais concretas.

A ciência nasce com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e se desenvolve segundo as necessidades de acumulação de capital. Não é por menos que a partir dos anos 60 assistimos ao monopólio do financiamento das pesquisas em Ciências Sociais por parte de grandes oligopólios e determinadas frações de grupos e classes sociais dominantes. Os programas forte e empírico retomam a questão dos interesses, mas isolados da totalidade das relações sociais e da historicidade dos interesses, em especial daqueles advindos do pertencimento de classe. Com isso, operam com um psicologismo que se expressa numa retomada da perspectiva metodológica individualista desenvolvida por Weber e seguida por Merton, dentre outros.

Aqui cabe ressaltar o avanço promovido pela Escola de Paris, que retoma algo essencial: a ciência não está separada das demais atividades dos seres humanos. Além disso, ela não se limita àquilo produzido no interior de centros de pesquisa, institutos e laboratórios. Porém, nem mesmo as contribuições desta tradição atentam para o que consideramos fundamental: a intelectualidade (cientistas)² como uma classe social específica do capitalismo; a ciência como expressão mais acabada da ideologia burguesa do conhecimento, fundada na supervalorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual.

² Devido ao espaço e aos limites do presente trabalho, não poderemos efetuar uma abordagem mais completa acerca das divisões, conflitos e contradições no seio da intelectualidade. Por ora, nos limitamos a afirmar que há frações desta classe que buscam expressar os interesses históricos do proletariado e demais classes sociais e grupos explorados e oprimidos. Embora sejam marginais e tenham de romper com os valores, interesses, concepções, sentimentos e mentalidade, a intelectualidade engajada e crítica pode se aliar em momento de acirramento das lutas de classes ao proletariado, uma vez que busca ser sua expressão teórica (KORSCH, 1977).

Antes de continuar nossa análise, fazem-se necessárias algumas palavras a respeito do método aqui usado. O método dialético desenvolvido por Marx e aprofundado por alguns de seus continuadores se fundamenta no pressuposto de que os seres humanos vivos, portanto reais e concretos, no processo de produção e reprodução de sua vida material estabelecem necessariamente um conjunto de relações independentes de sua vontade, para a satisfação de necessidades (desde as mais básicas como beber, comer, amar, etc.) socialmente produzidas e que são satisfeitas por intermédio do trabalho e da sociabilidade. Neste sentido, uma vez que o referencial metodológico é histórico e social, o método para a análise da realidade só pode ser histórico e social. O ponto de chegada é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da análise.

A dialética materialista apresenta o primado do ser sobre a consciência, o que significa dizer que o método dialético não pode ser subsumido à realidade concreta, tornando-se um modelo pelo qual esta deva ser necessariamente adequada. Trata-se pelo contrário, de um recurso mental, uma ferramenta para a pesquisa concreta, cuja determinação fundamental é a realidade histórica e social. Por esta mesma razão, a revolução proletária é uma tendência histórica e uma possibilidade humana. Assim, temos que o concreto é a síntese de múltiplas determinações:

O comunismo não é para nós **um estado de coisas que deva ser estabelecido**, um ideal pelo qual a realidade (terá) de se regular. Chamamos comunismo ao **movimento real** que supera o atual estado de coisas. As condições deste movimento resultam da premissa atualmente existente (MARX & ENGELS, 2004, p. 42, grifos no original).

Contudo, para partir do método dialético não basta apenas ler os textos marxistas. É fundamental que haja a correspondência de perspectiva, o que pressupõe um conjunto de predisposições mentais, expressos em valores, ideias, sentimentos, mentalidade e interesses que sejam vinculados à emancipação humana. A história das lutas em torno das interpretações dominantes do marxismo revela que houve uma apropriação da teoria marxista por indivíduos e classes sociais que não expressam o movimento revolucionário do proletariado. Deste modo, as referências aqui usadas buscam romper com toda forma de dogmatismo e deformação do pensamento marxista, o qual foi historicamente expresso nas obras dos representantes intelectuais do bolchevismo (Lênin, Stálin, Trostky, etc.) e da socialdemocracia (Bernstein, Kautsky, etc.).

Assim, a partir do método dialético podemos concluir que em todas as formas de organização social vale o pressuposto segundo o qual o modo de produção da vida material condiciona a vida social, cultural, política e espiritual. Tal conclusão implica dizer que as relações estabelecidas pelos seres humanos no processo de produção e reprodução da vida material através da satisfação de determinadas necessidades socialmente criadas (por intermédio do trabalho e da sociabilidade) necessitam de um conjunto de demais relações sociais que tornem possível a manutenção destas relações de produção, que são as relações sociais fundamentais de um determinado modo de produção. Estas relações sociais têm por objetivo tornar regulares e passíveis de reprodução as relações de produção, que são as relações sociais fundamentais de um determinado modo de produção. Nas sociedades de classes, tais relações emergem sob a forma concreta na cultura, religião, direito, educação, etc. Isso implica dizer que a burguesia produz uma série de ideias, representações e formas de pensamento, visando apresentar seus interesses de classe (que são históricos, particulares e transitórios) como interesses universais, a-históricos e válidos para todas as classes sociais: trata-se de uma abordagem metafísica da realidade concreta (MARX & ENGELS, 2004).

Marx demonstrou que, assim como as relações de produção (relações sociais fundamentais de um modo de produção) feudais eram relações sociais de exploração e dominação de classe fundadas na extração de mais-trabalho através da servidão, as relações de produção capitalistas são fundadas na extração de mais-valor através do capital. Isso significa dizer que o capital é uma relação social de exploração e dominação de classe, que se dá entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia, conjunto dos proprietários privados dos meios de produção e reprodução da vida material, extratores de mais-valor e o proletariado, classe dos trabalhadores assalariados produtores de mais-valor (MARX, 1989).

Deste modo, cabe perguntar, qual a relação entre a teoria marxista e as ideologias³ descritas? Sendo o marxismo “a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado” (KORSCH, 1977), a relação entre marxismo e a sociologia do conhecimento, mais uma das inúmeras ideologias produzidas pelos intelectuais auxiliares da classe dominante, só pode ser de combate e crítica. O marxismo efetua a crítica desta ideologia, uma vez que ela retira o problema da consciência da história e das relações sociais concretas.

³ Segundo Marx, as ideologias são sistemas de pensamento ilusório, uma falsa consciência sistematizada produzida pelos especialistas no trabalho intelectual, os intelectuais ou ideólogos (MARX & ENGELS, 2004).

O que temos é a construção de uma forma de pensamento complexa desvinculada de seres humanos reais, concretos e históricos. A pretensa postulação de “objetividade” é em realidade o subterfúgio para criar o conhecimento como algo com um fim em si. Tal autonomização das ideias leva a uma supervalorização da ciência e de seus produtores, os cientistas (VIANA, 1997).

Contudo, ao negar a sociologia do conhecimento, o marxismo afirma seus pressupostos: a teoria materialista da consciência. A consciência não é outra coisa que não o processo real de vida dos seres humanos; o ser consciente não está apartado da história e do conjunto das relações sociais. O processo de desenvolvimento da consciência está intimamente relacionado com o movimento histórico real, que lhe dá condições de possibilidade. A precondição para o avanço e desenvolvimento das formas de consciência é um resultado, nas sociedades de classes, do processo de luta de classes, mais especificamente entre as classes fundamentais do capitalismo (burguesia e proletariado). Com isso, temos a abolição da pretensa dualidade entre sujeito e objeto do conhecimento e a retomada da unidade real entre ser e consciência. (VIANA, 1997).

A respeito das tentativas de tornar o marxismo mais uma forma de pensamento complexa a serviço da sociedade burguesa, nos utilizaremos da crítica apresentada no ensaio *O Ponto de Vista da Concepção Materialista da História*, escrito em 1922 e presente na obra *Marxismo e Filosofia*, de autoria de Karl Korsch. Embora a citação seja longa, manifesta de forma precisa o argumento que estamos a desenvolver:

Para os eruditos burgueses de nossos dias, o marxismo representa uma dificuldade teórica e prática de primeira ordem, pois não é possível arrumá-lo em nenhuma das gavetas do sistema das ciências burguesas e mesmo se se quisesse abrir especialmente para ele uma nova gaveta chamada sociologia, ele não ficaria sequer quieto lá dentro, iria constantemente passear para todas as outras. "Economia", "filosofia", "história", "teoria do Direito e do Estado", nenhuma destas rubricas pode contê-lo, mas nenhuma estaria a salvo dele se se quisesse metê-lo noutra. A explicação simples para esta dificuldade insolúvel do ponto de vista da epistemologia burguesa consiste em que o marxismo não pode ser considerado como uma "ciência", mesmo no sentido burguês mais amplo do termo, em que a palavra "ciência" compreende mesmo a mais especulativa filosofia metafísica. Se, portanto, se designou até agora como socialismo científico, o marxismo nunca foi nem nunca poderá ser, enquanto permanecer fiel a si próprio, uma "ciência"; o marxismo não é nem uma "economia", nem uma "filosofia", nem uma "ciência", nem qualquer outra "ciência humana" (Geisteswissenschaft) ou combinação destas ciências. A obra econômica de Marx é uma "crítica" da economia política tradicional, pretensamente "imparcial", mas, na realidade, estritamente "burguesa"; quer dizer, determinada e limitada por preconceitos burgueses; isso torna

igualmente óbvio que esta crítica da economia política resulta abertamente do ponto de vista novo da classe que, de todas as classes existentes, é a única que não tem nenhum interesse na manutenção dos preconceitos burgueses e cujas condições de existência apontam, antes pelo contrário, cada vez mais imperativamente para a sua destruição definitiva, prática e teórica. E o que se aplica à economia marxista aplica-se também a todos os outros elementos do sistema de pensamento marxista; quer dizer, aquilo que Marx pensa sobre questões que, segundo os critérios de classificação tradicionais da epistemologia burguesa, pertenceriam ao domínio da filosofia, da história ou de qualquer outra "ciência humana". Também nestas partes da sua doutrina, Marx não quer fazer uma nova "filosofia" em lugar da filosofia anterior (burguesa), uma nova "historiografia" em lugar da historiografia anterior (burguesa) uma nova "teoria do Direito e do Estado" em lugar da teoria do Direito e do Estado existente (burguesa), ou ainda uma nova "sociologia" em lugar desse produto inacabado a que a epistemologia burguesa atual chama "a" ciência sociológica. A teoria marxista não visa substituir o velho sistema dos Estados burgueses por novos "Estados" ou por um "sistema de Estados". Em vez disso, Karl Marx propõe-se como objeto a "crítica" da filosofia burguesa, a "crítica" da historiografia burguesa, a "crítica" de todas as "ciências humanas" burguesas; numa palavra, a "crítica" da ideologia burguesa, no seu conjunto — e empreende esta crítica da "ideologia" burguesa, do ponto de vista da classe proletária. Assim, enquanto a ciência e a filosofia burguesas perseguem o fantasma enganoso da "objetividade", o marxismo renuncia de antemão e em todos os seus domínios a esta ilusão. Ele não quer ser uma ciência "pura" ou uma filosofia "pura", mas antes criticar a "impureza" de toda a ciência e filosofia burguesas conhecidas desmascarando impiedosamente os seus "pressupostos" implícitos. (KORSCH, 1977, p. 137-140).

Os intelectuais são, na maioria dos casos, indivíduos conservadores. Apesar da propaganda (e não passa disso) do suposto papel crítico do intelectual na sociedade moderna, não é isso que se verifica na realidade concreta. A classe intelectual é conservadora por sua posição na divisão social do trabalho e dos interesses derivados daí, que são interesses de classe e, ao mesmo tempo, interesses individuais, pessoais. Muitos, inclusive, possuem certo "status". Alguns possuem níveis salariais mais elevados que outros setores da sociedade. Os intelectuais, em seus estratos superiores, recebem altos salários dos seus empregadores capitalistas. Para servir ao capital, os intelectuais recebem vantagens para seus estratos superiores e migalhas para seus estratos inferiores. Em troca disso, a classe intelectual exerce a função de criar ideologias para reproduzir essa sociedade, naturalizando-a, eternizando-a, legitimando-a. É isso que explica o conservadorismo da maioria dos intelectuais (BERG, 2015).

Assim, o que se coloca é a inexistência da pretensa construção do conhecimento, enaltecida por alguns e parcialmente combatida por outros. O que existe concretamente é o

processo real de desenvolvimento da consciência. A separação entre trabalho manual e trabalho intelectual é o que torna possível a autonomização das ideias frente à realidade concreta. Nas sociedades de classes, o desenvolvimento da consciência é algo perpassado pelo predomínio e hegemonia de uma falsa consciência sistematizada da realidade, de acordo com o interesse da classe dominante. Os produtores de falsa consciência sistematizada são os membros da intelectualidade, classe social auxiliar da burguesia (VIANA, 1997).

Para concluir, as ideologias manifestas nas produções ora analisadas é mais um dos obstáculos para uma consciência correta da realidade. E, numa sociedade dividida em classes sociais em enfrentamento direto, é fundamental e necessário realizar a crítica radical e desapiedada do existente, o que torna imprescindível demonstrar os vínculos, interesses, mentalidade e consciência de classe presentes nos autores ora mencionados.

Referências

BERG, Rudolf, *Carta Aberta aos Intelectuais*. In: Revista Marxismo e Autogestão, vol. 2, nº 3, 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/2berg3/281> Acesso em 02 de outubro de 2016.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Vol. I. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo*. 7ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MATTEDI, Marcos Antônio. *Sociologia e conhecimento: introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento*. Chapecó: Argos, 2006.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. 2ª Ed. revista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

Organizações: Reprodução ou Transformação Social?

Nildo Viana *

A sociedade moderna já foi chamada de “sociedade de organizações”. Já se disse que os indivíduos nascem, vivem e morrem em organizações. Esse processo é real, embora não se deva exagerar. Reconhecer isso pressupõe entender o conceito de organização e suas formas de existência. Além disso, é de fundamental importância entender a finalidade da organização e sua relação com o conjunto da sociedade, pois somente assim podemos saber se ela contribui com a reprodução ou com a transformação. A maioria esmagadora das organizações da sociedade capitalista é reprodutora e é por isso que elas são burocráticas.

Existem algumas organizações que pregam discursivamente a transformação social e outras que, pelo menos aparentemente, lutam pela transformação. A burocracia é um obstáculo para a transformação e a autogestão é a superação desse obstáculo. No entanto, a coisa é mais complexa e precisamos ir além do discurso e das boas intenções. E para superar isso é necessário compreender a relação, instituída no interior das organizações, entre os princípios organizacionais e as relações sociais concretas. Por questão de espaço não abordaremos aqui o tema dos princípios e valores organizacionais, que ficaram para uma outra oportunidade, apesar de sua importância.

Para realizar uma reflexão sobre esse processo, vamos abordar, inicialmente, as formas organizacionais na sociedade moderna e, posteriormente, a sua relação com a política, visando colocar em evidência sua posição diante da questão da reprodução e da transformação social¹.

As Formas Organizacionais

A sociedade capitalista possui um conjunto enorme de organizações, que se diferenciam por sua finalidade, posição na sociedade, forma organizacional, base social, etc.²

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG – Universidade Federal de Goiás. Doutor em Sociologia pela UnB – Universidade de Brasília e Pós-Doutor pela USP – Universidade de São Paulo.

¹ Esse processo analítico precisa ser completado com uma discussão acerca dos princípios e valores no interior das organizações. Estes são fundamentais para explicar os conflitos organizacionais, pois os conflitos baseados em princípios são, no fundo, determinados pelos interesses e valores de indivíduos e grupos no interior da organização. Essa discussão será realizada em outra oportunidade.

² O modo de produção capitalista gera um processo de burocratização das relações sociais. A sociedade moderna é uma sociedade burocrática (MOTTA, 1985; MOTTA, 1979; FARIA, 2009).

Isso dificulta o processo analítico das mesmas, pois é muito difícil compreender um conjunto amplo de fenômenos, como, por exemplo, o Estado, a empresa capitalista, as escolas, as igrejas, os partidos, os sindicatos, os hospitais, os grupos de pressão, entre inúmeros outros. É possível distinguir as organizações por seus objetivos (que, no nível mais geral, pode ser reprodução ou transformação, mas em nível mais concreto pode ser lucro, o poder, a evangelização, a revolução, a educação, a divulgação artística, etc.) ou por seu processo decisório (autocrático, democrático, autogerido), ou, ainda, por seus critérios decisórios (autocrático, democrático, autogerido)³.

Consideramos mais adequado fazer uma distinção mais ampla e após isto utilizar outras distinções, que são formas assumidas pela primeira. Nesse sentido, a distinção fundamental é entre organização burocrática e organização autárquica (não-burocrática). As organizações burocráticas são amplamente predominantes na sociedade moderna. Elas se caracterizam por possuir um quadro dirigente, a burocracia, que exerce o poder (comanda e controla) os dirigidos⁴. As organizações autárquicas são aquelas que não possuem essa divisão entre um quadro dirigente e um grupo de dirigidos, pois todos participam do processo decisório.

No entanto, as organizações burocráticas, assim como as autárquicas, não são homogêneas, são perpassadas por inúmeras diferenças. Existem duas diferenças fundamentais que servem de critério para observar a distinção entre elas: a finalidade e a organização interna. No primeiro caso, temos uma distinção entre organizações burocráticas autônomas e heterônomas. As organizações burocráticas autônomas são aquelas que definem seus próprios objetivos. Uma empresa capitalista, por exemplo, define o seu próprio objetivo, tanto o geral e fundamental, que é o lucro, quanto os objetivos específicos que permitem a concretização do anterior. As organizações burocráticas heterônomas são aquelas cuja finalidade é determinada em outro lugar, geralmente por outra organização burocrática. Uma universidade estatal, por exemplo, tem seus objetivos predeterminados pelo aparato estatal.

³ A reflexão sobre estes aspectos, intimamente ligados aos princípios e valores organizacionais, será realizada em outra oportunidade, por questão de espaço.

⁴ Por questão de espaço não poderemos desenvolver as características da burocracia como forma organizacional e como classe social, o que foi desenvolvido em outro lugar (VIANA, 2015a). Outras obras abordam, sob formas diferenciadas e distintas perspectivas, as características da burocracia ou algumas delas (MOTTA, 1985; MOTTA, 1979; FARIA, 2009; WEBER, 1971; MARX, 1979; VIANA, 2015a; TRAGTENBERG, 1985; LAPASSADE, 1988).

A distinção em relação à organização interna remete ao processo decisório. Desta forma, temos organizações burocráticas autocráticas e democráticas⁵. As organizações burocráticas autocráticas são aquelas que o processo decisório está nas mãos de um ou vários indivíduos, ou do quadro dirigente (burocracia). Esse é o caso, novamente, de uma empresa capitalista, pois cabe ao capitalista (indivíduo ou coletivo) decidir o objetivo geral e nomear aqueles que decidiram os objetivos específicos (a burocracia empresarial). As organizações burocráticas democráticas são aquelas em que o processo decisório é, aparentemente, decidido pela maioria. No fundo, a democracia significa uma participação restrita dos dirigidos no processo decisório⁶. Aqui podemos citar o exemplo de um partido político, que se organiza através de congressos, eleições, etc., permitindo, aos filiados e integrantes mais ativos, uma participação restrita, pois aqueles que possuem posse dos meios de administração (burocracia partidária) detém a decisão final⁷.

Essas distinções se mesclam na realidade concreta. Uma organização burocrática autocrática pode ser autônoma ou heterônoma. A empresa capitalista é o exemplo mais puro de organização burocrática autocrática autônoma. Um Estado ditatorial é o melhor exemplo de organização burocrática autocrática heterônoma. No primeiro caso, a empresa capitalista define seu próprio objetivo geral (lucro) e o Estado ditatorial não decide seu objetivo geral, a reprodução das relações de produção capitalistas, embora ambos sejam autocráticos.

Da mesma forma, uma organização burocrática democrática também pode ser autônoma ou heterônoma. O exemplo que melhor se encaixa no primeiro caso é um sindicato, no qual os sindicalizados possuem participação e elegem a diretoria, e é esta, ou seja, a burocracia sindical, que decide o objetivo geral⁸. Uma universidade estatal, novamente, é um bom exemplo de organização burocrática democrática heterônoma, pois seu objetivo geral está predeterminado pelo aparato estatal.

No entanto, além das organizações burocráticas temos as autárquicas, não-burocráticas. É preciso, inicialmente, recordar que existem organizações burocráticas informais, que alguns podem confundir com organizações autárquicas. A burocracia

⁵ Aqui superamos as representações cotidianas e ideologias que contrapõem burocracia e democracia. Em nenhuma organização concreta, realmente existente, na sociedade capitalista, existe essa separação. A democracia (moderna) é apenas uma forma de participação restrita no interior de uma burocracia.

⁶ Isso é uma réplica organizacional da democracia burguesa representativa, que permite a participação restrita das classes sociais no processo decisório (VIANA, 2015b).

⁷ Existe uma ampla bibliografia sobre isso: Michels, 1981; Duverger, 1982; Viana, 2013.

⁸ Existe uma ampla bibliografia também nesse caso: Pannekoek, 2012; Bernardo, 1987; Luxemburgo, 1979; Silva, 2015; Viana, 2011.

informal é aquela cuja estruturação é incompleta, mas já se caracteriza pela existência de um quadro dirigente e um grupo dirigido (VIANA, 2015a). As organizações autárquicas, formada geralmente por pequenos grupos, são raras na sociedade moderna. Muitas podem surgir como não-burocráticas e depois se burocratizarem. Essa é a tendência geral.

As organizações não-burocráticas (ou autárquicas, ou, ainda, auto-organização), não podem ser autocráticas nem democráticas, pois não possuem um quadro dirigente, não possuem burocracia e, por conseguinte, não pode adotar uma de suas formas. O que caracteriza as organizações autárquicas é a inexistência da burocracia. Isso seria uma definição apenas negativa, o que interessa destacar é como ela se organiza. Uma organização não-burocrática pode ser chamada de auto-organização ou organização autárquica⁹. Desta forma, podemos distinguir entre organizações burocráticas, nas quais os dirigentes comandam a organização, e as organizações autárquicas, nas quais o coletivo tem o poder de decisão e comandam coletivamente a organização. As organizações autárquicas têm seu processo decisório interno marcado pela decisão coletiva.

As organizações autárquicas, no entanto, também possuem distinções. A primeira distinção que é possível realizar é entre organizações autárquicas heterônomas e autônomas. As organizações autárquicas heterônomas são as mais comuns na sociedade capitalista como forma de auto-organização. Se uma empresa capitalista resolver criar uma comissão de trabalhadores para fazer sugestões sobre o processo de trabalho e esta tem autonomia nas formas e meios para concretizar o seu objetivo, então tal objetivo é predeterminado, sendo heterônimo, mesmo que a forma de organização interna seja autárquica. Se um professor divide a sala de aula em grupo de estudos que podem decidir como se organizar para apresentar um trabalho sobre a Revolução Russa ou sobre a ditadura militar no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, ocorre o mesmo processo: uma autarquia cujo objetivo geral foi definido por outro, o que significa heteronomia.

As organizações autárquicas autônomas são distintas. Elas definem o seu objetivo geral e também, caso existam, os objetivos específicos. Um grupo político fundado por jovens sem vínculos com outras organizações é uma organização autárquica autônoma. Da mesma forma, estudantes que formam um grupo de estudos independentes e sem vínculo

⁹ A palavra “autarquia” tem vários significados. Os significados mais difundidos remetem a um “poder absoluto” (uma forma de governo ditatorial) ou autarquia administrativa, como são algumas instituições estatais. O significado da palavra, aqui, é outro: significa que é uma organização sem divisão entre dirigentes e dirigidos, sem quadro dirigente, sem burocracia, e, por conseguinte, que é seu aspecto positivo, a sua direção é coletiva, bem como a decisão, no plano interno, da organização.

com organizações ou atividades pré-estabelecidas no seu interior, é também uma organização autárquica autônoma.

Uma organização autárquica autônoma pode se tornar heterônoma e vice-versa. Um conselho de fábrica instituído pela burocracia empresarial é uma organização autárquica heterônoma, mas se romper com os objetivos pré-estabelecidos por tal burocracia e colocar objetivos próprios e definidos pelo próprio coletivo, se torna organização autárquica autônoma¹⁰. Um conselho de fábrica revolucionário é uma organização autárquica autônoma, mas se passar a se submeter aos ditames da burocracia empresarial, torna-se heterônoma, tal como ocorreu em diversos processos revolucionários, como na Alemanha (1918-1921) e na Rússia (1917).

Outra distinção entre as organizações autárquicas é a que pode ser feita em relação ao conteúdo presente nos seus objetivos, quando é autônoma. Contudo, esse elemento ainda não foi discutido no caso das organizações burocráticas e remete para a questão política e por isso vamos avançar no sentido de relacionar organização e política em ambos os casos.

Organizações e Política

As organizações (burocráticas e autárquicas) podem se diferenciadas por seus objetivos políticos. Esses objetivos políticos podem ser sintetizados em dois: reprodução ou transformação social. O objetivo da reprodução pode ser realizado sob a forma do conservadorismo ou do reformismo (progressismo). As organizações burocráticas são reprodutoras e seu objetivo é realizar o controle para concretizar a reprodução. A forma como faz isso é que pode se alterar. Ela pode efetivar isso sob forma autocrática ou democrática, bem como através de um conteúdo político conservador ou progressista (reformista). Uma empresa capitalista é geralmente autocrática, mas pode realizar concessões democráticas (como incentivar organizações autárquicas heterônomas sob sua direção) e assim aparentar ser progressista, avançada. O aparato estatal pode ser autocrático (ditatorial) ou democrático (eleitoral) e pode ser conservador ou progressista em ambos os casos, apesar de geralmente o autocrático ser conservador e o democrático ser progressista.

Porém, é preciso entender que existem organizações burocráticas que aparentam ser “revolucionárias”. Esse é o caso dos partidos políticos progressistas que são extremistas

¹⁰ O caso da Revolução Russa (tanto a de 1905 quanto a de 1917) demonstra esse processo de passagem de organizações autárquicas heterônomas para autônomas no processo de luta operária (ANWEILER, 1975).

(uma versão mais radical do bolchevismo, por exemplo). Aqui, como antes, é um objetivo progressista, pois sua estratégia é insurrecionalista, ou seja, uma insurreição que toma o poder estatal, mas não abole o capitalismo, apenas realiza reformas no seu interior, tal como a estatização. Esse processo expressa uma autonomização da burocracia. A burocracia partidária, no caso desse tipo de partido, busca romper com a burguesia e tomar o poder estatal (realizando a fusão entre burocracia estatal e burocracia partidária) se ampliando e fortalecendo, e o processo de estatização (de empresas, etc.) significa mais burocratização, ou seja, mais ampliação e fortalecimento. Desta forma, as organizações burocráticas aparentemente revolucionárias são insurrecionalistas, visam a conquista do poder estatal e maior autonomização (inclusive fusão de burocracias e quando consegue abolir a propriedade burguesa, se funde com a própria burguesia) e o insurrecionalismo é apenas uma variação do progressismo (reformismo).

As organizações autárquicas parecem ter objetivo radicalmente oposto. Elas teriam como objetivo a transformação. Esse é um erro comum derivado da percepção da aparência ou da vontade de ver algo revolucionário onde simplesmente não existe. Muitas vezes essa concepção ilusória é produto do fetichismo da auto-organização¹¹. Outra motivação para tal equívoco de percepção é o vínculo imediato entre organização autárquica (ou auto-organização) e autogestão ou revolução¹². As organizações autárquicas heterônomas são determinadas politicamente por outras organizações (burocráticas) e por isso reproduzem os objetivos políticos destas, não ultrapassando, portanto, os limites do conservadorismo ou do progressismo. A percepção disto é relativamente fácil e por isso os exemplos anteriores são suficientes para demonstrar esse caráter reprodutor destas organizações.

Porém, as organizações autárquicas autônomas também podem ser reprodutoras. Nada impede que um pequeno grupo religioso fundamentalista adote a forma organizacional autárquica para realizar suas atividades, embora as ideologias, doutrinas e concepções conservadoras, em geral, sejam predominantemente autocráticas ou democráticas. É mais comum que as organizações autárquicas autônomas assumam posições políticas conservadoras ou reformistas quando são autocentradas. Isso pode ocorrer com diversos pequenos grupos, como grupo de estudos, grupos políticos, entre outros. O grupo autocentrado centra em si mesmo e nos interesses do próprio grupo, seja demandas,

¹¹ Muitas vezes ligados ao obreirismo e autonomismo. Os limites do autonomismo já foram apontados por Jensen (2016) e por isso não realizaremos tal discussão aqui.

¹² A distinção entre auto-organização e autogestão foi apresentada em Viana (2016).

reivindicações, competição, visando ascensão social (na qual indivíduos busca se unir para se beneficiar mutuamente), etc. e por isso é reprodutor, já que visa apenas os interesses do próprio grupo ao invés da transformação social. Nesse caso, uma organização autárquica autônoma pode ser conservadora ou reformista.

Independentemente disso, é preciso deixar claro que as organizações autárquicas autônomas não são organizações autogeridas. As organizações heterônomas são aquelas nas quais seus objetivos são predeterminados por outras organizações burocráticas, indivíduos, etc. As organizações autônomas determinam seus próprios objetivos no sentido de que não é outra organização, indivíduo, etc., que os definem. Contudo, isso não quer dizer que elas escolham livremente os seus objetivos. Os seus objetivos são determinados externamente. É o caso, por exemplo, das fábricas recuperadas sob controle de trabalhadores. Eles não definem o que vão produzir e nem para quem. A fábrica está predeterminada para produzir determinada mercadoria (com todas as implicações de uma produção mercantil), submetida à divisão social do trabalho e mercado (relações de distribuição capitalistas), tendo que comprar mercadorias (matérias-primas, máquinas, etc.) e vender mercadorias, realizar o cálculo mercantil, etc. Nesse contexto, não há uma organização, indivíduo ou outra coletividade dirigindo os trabalhadores dessa fábrica, mas os objetivos e diversos outros aspectos estão predeterminados pelo conjunto das relações sociais.

Existem, de forma marginal na sociedade capitalista, organizações autárquicas autônomas revolucionárias ou, simplesmente, organizações revolucionárias (VIANA, 2014). Quando essas organizações são coerentes com o objetivo revolucionário declarado, então são realmente revolucionárias. No entanto, existem casos em que a declaração de intenção revolucionária convive com ações e concepções que são obstáculos para a concretização da transformação social. Nesse caso, elas são apenas aparentemente revolucionárias. Essas organizações revolucionárias são, geralmente, pequenos grupos políticos que vegetam no capitalismo, sendo marginalizadas, ou então organizações proletárias (e, em alguns casos, de outras classes sociais desprivilegiadas) que surgem em momentos revolucionários, ou seja, em épocas de acirramento de crises e lutas de classes. Nesse momento, essas organizações aumentam quantitativamente e tendem a aumentar também sua radicalidade e avançar rumo a uma consciência revolucionária, colocando o objetivo da autogestão social.

Uma organização revolucionária, ou seja, uma associação de indivíduos revolucionários, que funciona como uma auto-organização autônoma, também não é uma

organização autogerida. O seu próprio caráter revolucionário já coloca um objetivo que lhe é imposto pela sociedade capitalista, pois vive em função de sua recusa, de sua negação, e não para satisfazer suas próprias necessidades ou criando livremente seus objetivos. Da mesma forma, sofre influências da sociedade circundante em suas relações internas. Isso se manifesta em diversas situações: os gastos promovem a necessidade de uso do cálculo mercantil, as diferenças individuais (condições de vida, situação financeira, formação intelectual, origem de classe, situação de classe, entre inúmeras outras), a força da hegemonia burguesa, a pressão da conjuntura política, o mundo circundante (escolas, universidades, meios oligopolistas de comunicação, família, etc.), entre diversos outros casos, também criam obstáculos para um processo de superação de todas as influências burguesas, etc. Nem mesmo uma organização revolucionária, dentro do capitalismo, pode ser plenamente autogerida. Isso não lhe impede de ser autogestionária, ou seja, ter a autogestão com objetivo final e fundamental.

As organizações autenticamente revolucionárias apontam para a transformação social e colocam o objetivo final, a autogestão social, explicitamente. O significado delas (ou o “seu papel”) é manter viva e acesa a chama revolucionária, a propaganda, a difusão das ideias revolucionárias, das experiências passadas, visando desenvolver uma ampla produção cultural (teoria, arte, panfletos, propaganda em geral, etc.) e incentivar a auto-organização e o projeto autogestionário. O seu objetivo, que revela seu significado fundamental, é contribuir com o aceleração do processo revolucionário e sedimentação da luta proletária e das demais classes desprivilegiadas e de sua expressão cultural visando reforçar a tendência revolucionária-autogestionária, o que significa sua fusão, no momento revolucionário, com o proletariado¹³.

As organizações proletárias quando são autárquicas e autônomas, significam um avanço da luta proletária no sentido da transformação social, mas precisam se tornar autogestionárias, ou seja, colocar o objetivo da autogestão social (generalizada) para conseguir concretizar a sua libertação e, por conseguinte, a emancipação humana em geral¹⁴. É nesse momento que pode emergir uma forma superior e desenvolvida de organização

¹³ Esse processo não é uma declaração de princípios ou de desejo e sim expressão do processo concreto das organizações autogestionárias (utilizando ou não esse nome), como no caso do comunismo de conselhos durante a Revolução Alemã (1918-1921) ou o Grupo Operário, de Miasnikov, durante o último folego da luta proletária na Rússia (1921).

¹⁴ A ideia de que a revolução proletária é simultaneamente emancipação humana foi apresentada por Marx em diversas oportunidades (MARX e ENGELS, 1988; MARX e ENGELS, 1979; MARX, 1983; MARX, 2016).

autárquica, que é a organização autogerida. A organização autárquica autônoma que assume um projeto revolucionário e autogestionário, tornando-se organização autogestionária (tal como as demais já existentes como organização de revolucionários), é condição para o surgimento da organização autogerida, o que só se concretiza com a generalização da autogestão, no conjunto das relações sociais. A autogestão generalizada atinge a totalidade da vida social, gerando a sociedade autogerida¹⁵.

Nesse sentido, auto-organização não é a mesma coisa que autogestão e essa não é uma mera “forma organizacional”, como afirmam alguns ideólogos. A autogestão só pode existir como totalidade, ou seja, atingindo a totalidade das relações sociais e se generalizando em toda a sociedade, pois somente assim o objetivo final é atingido e a razão de sua existência passa a ser a satisfação das necessidades humanas ao invés da reprodução do capital ou da burocracia.

Considerações Finais

O presente artigo tinha como objetivo analisar as formas organizacionais e seu vínculo com a posição política das mesmas. A breve análise aqui encaminhada é incompleta, pois precisa incorporar outras questões que não foram abordadas como os processos de competição e luta no interior das organizações. Também seria necessário acrescentar uma análise sobre os princípios, valores e interesses que transparecem nesses processos. No entanto, conseguimos atingir os objetivos que nos propomos e em outras oportunidades estaremos dando sequência analítica e incorporando o que aqui ficou ausente.

Referências

ANWEILER, Oskar. *Los Soviets en Rusia*. 1905-1921. Madrid: Zero, 1975.

ARVON, Henry. *La Autogestion*. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BERNARDO, João. *Capital, Sindicatos e Gestores*. São Paulo: Vértice, 1987.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Brasília, Edunb, 1982.

FARIA, José Henrique. *Gestão Participativa: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

¹⁵ Sobre autogestão, cf. Tragtenberg, 1989; Viana, 2014b; Viana, 2013; Viana, 2008; Guillerm e Bourdet, 1976; Arvon, 1982.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

JENSEN, Karl. *Que Fazer? A Resposta Proletária*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1979.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. Lisboa: Presença, 1979.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa: Estampa, 1979.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: MARX, Karl e VIANA, Nildo. *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, O Manifesto Inaugural do Materialismo Histórico*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: FROMM, Erich. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1981.

MOTTA, Fernando Prestes. *As Organizações Burocráticas e a Sociedade*. Educação & Sociedade. Ano 1, n° 4, Setembro de 1979.

MOTTA, Fernando Prestes. *O Que é Burocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PANNEKOEK, Anton. *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2012.

SILVA, José Santana da. Sindicalismo: Da Expectativa Revolucionária à Crítica da Conformação Burocrática. *Revista Marxismo e Autogestão*. v. 2, n. 3, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9hsilva3/295> Acessado em: 31/12/2015.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões Sobre o Socialismo*. 3ª edição, São Paulo: Moderna, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1985.

VIANA, Nildo. *A Questão da Organização Revolucionária*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

VIANA, Nildo. *Anton Pannekoek e a Questão Sindical*. In: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo (orgs.). *Anton Pannekoek e a Questão da Organização*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

VIANA, Nildo. *As Experiências Autogestionárias*. No prelo, 2016.

VIANA, Nildo. Autogestão e Ideologia. *Revista Marxismo e Autogestão*, vol. 01, num. 02, jul./dez. de 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/20viana2/126> acessado em 28/12/2014.

VIANA, Nildo. Autogestão: O Signo e o Ser. *Revista Enfrentamento*, Ano 08, num. 13, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.enfrentamento.net/enf13.pdf> Acessado em: 28/12/2013.

VIANA, Nildo. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. *Revista Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 03, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jviana3/297> Acessado em: 31/12/2015a.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015b.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Brasília: Kíron, 2013.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Rápida nota do tradutor

Gabriel Teles Viana *

Otto Ruhle (1874-1943)¹ é considerado um dos principais teóricos e representantes do que ficou conhecido como “comunismo de conselhos”². No Brasil, sua obra ainda é muito pouco conhecida, sobretudo pela escassez de traduções. Este pequeno texto, *Os Sindicatos*, é um capítulo de seu livro *Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária*³, publicado em 1924, onde apresenta suas ideias políticas a respeito tanto da revolução burguesa quanto da futura revolução proletária. Nele, na primeira parte do livro, há uma crítica voraz das organizações que dizem representar o movimento operário, mas que expressam tão-somente a dominação e o desmantelamento das luta revolucionária dos trabalhadores. O sindicato, bem como os partidos políticos, é uma delas. É neste pequeno capítulo que ele traz o significado histórico e a quem serve esta organização.

O resgate e novas traduções de textos e livros de conselhistas deve-se a sua importância histórica, cumprindo o papel de expressar teórica e politicamente o proletariado revolucionário no período de suas produções, assim como pela reemergência, na contemporaneidade, do interesse pelas críticas as velhas formas burocráticas de organização bem como sua negação em determinadas das lutas sociais atuais, tanto nos movimentos sociais quanto no movimento operário.

* Graduando em Ciências Sociais pela UFG, pesquisador pelo Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade (GPDS)

¹ Aos interessados pela biografia do autor, há uma feita por outro comunista de conselhos, Paul Mattick. Pode ser acessado por aqui: <<https://www.marxists.org/portugues/mattick/1960/mes/ruhle.htm>>

² Há duas obras, de autores brasileiros, que trazem a discussão sobre o comunismo de conselhos. O artigo de Nildo Viana, *Notas sobre a História e Significado do Comunismo de Conselhos*, publicado na revista *Marxismo e Autogestão* (<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9aviana4>); e o Livro de Lucas Maia *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social* (2016), publicado na Rizoma Editorial.

³ Ainda sem tradução e edição brasileira. É possível achar edições espanholas e portuguesas da década de 70.

Os Sindicatos

Otto Ruhle

“O preço da força de trabalho pode subir acima ou descer abaixo de seu valor; dito de outra maneira, afastar, de um ou outro sentido, do preço que é a expressão monetária do valor”

“O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância não há que subestimar para a classe operária. Os sindicatos tem como finalidade impedir que o nível dos salários decaia para baixo do montando pago tradicionalmente nos diversos ramos da indústria, e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor. Como é sabido, que se muda a relação entre a oferta e a demanda, o preço da mercadoria também muda [...] Os operários se coligam afim de colocarem-se, de alguma maneira, em pé de igualdade com os capitalistas, para a contratação da venda de seu trabalho. Esta é a razão (a base lógica) dos sindicatos. O que eles procuram é evitar que, sob pressão direta da miséria que lhe é particular, o operário se vê obrigado a contentar-se com um salário inferior ao que estava fixado previamente pela oferta e procura em determinado ramo de atividade, de maneira que o valor da força de trabalho caia para baixo de seu nível tradicional nessa indústria”.

“Os sindicatos jamais permitem, portanto, a seus membros trabalhar por debaixo de um mínimo de salário. São sociedade de seguridade criadas pelos próprios operários.

Karl Marx, Resultados do processo de produção imediato.

O que se tem dito sobre os partidos, seus dirigentes e táticas, vale também para os sindicatos. De fato, nos mostram tanto mais a típica tática de compromisso pequeno-burguês quanto que a sua própria existência representa um compromisso entre o capital e o trabalho. Os sindicatos nunca proclamaram que a eliminação do capitalismo foi sua meta e missão. Eles mesmo nunca se comprometeram de nenhuma maneira concreta para este fim. Desde o seu surgimento, os sindicatos consideram a existência do capitalismo como algo dado. Aceitando este fato, eles vêm se empenhando e se comprometendo dentro do marco da ordem econômica capitalista para lutar por melhores salários e condições de trabalho para o proletariado. Não há, portanto, ação para abolição do salariado em geral, não há empenho para o rechaço fundamental da economia capitalista, não há, enfim, luta contra o todo. Isso, dizem os sindicatos na lógica burguesa, é assunto de partidos políticos. Por conseguinte, eles se declaram apolíticos; fizeram alarde da sua neutralidade e rejeitaram qualquer dever partidário. Seu papel era o compromisso, a mediação, a cura de sintomas e a prescrição de paliativos. Desde o começo, sua atitude básica não era apenas ser apolítica, mas também a ação contrarrevolucionária. Eram reformistas, oportunistas, órgãos auxiliares do compromisso entre a burguesia e o proletariado.

Os sindicatos nasceram das associações de jornaleiros dos velhos grêmios artesanais. Estavam imbuídos do moderno espírito do movimento operário quando o

capitalismo, através da grande crise de 1860, estampou com particular aspereza na consciência do proletariado as entranhas e horrores de seu sistema. Sob esta pressão econômica, que intensificou-se em grande medida o movimento operário na Europa. O primeiro congresso sindical foi convocado por Schweitzer e Fritzsche em 1868. Fritzsche caracterizava muito certamente as organizações sindicais e seus deveres quando explicava:

As greves não são um meio de alterar os fundamentos do modo de produção capitalista: são, na verdade, meio para expandir a consciência de classe dos operários, romper o domínio policial e retirar da atual sociedade, os abusos sociais individuais de natureza opressiva, tais como o tempo de trabalho, excessivamente longo, e o trabalho aos domingos (FRITZSCHE, no data)

No período seguinte, as atividades dos sindicatos consistiram em agitações do proletariado, mobilizando-o para a coordenação, ganhando-o para a ideia de lutas de classe, protegendo-o contra os piores rigores da exploração capitalista e arrancando constantemente vantagens momentâneas quando fosse possível da sempre instável situação entre trabalho e capital. O empresário, anteriormente o amo todo poderoso, logo teve o forte poder centralizador da organização contra ele. E a classe operária, elevando-se da consciência de seu valor no processo de produção pela ação coordenada, aprendendo de greve em greve, de conflito a conflito, no desenvolvimento de sua energia de luta, constituiu-se em um importante fator que os capitalistas teriam que seriamente pôr em conta em todos seus cálculos para o lucro.

Nunca podemos pensar seriamente em negar o grande valor que os sindicatos tiveram para o proletariado como meios de luta na defesa de seus interesses imediatos; ninguém se atreverá a diminuir ou disputar os extraordinários serviços que os sindicatos realizaram defendendo esses interesses. No entanto, tudo isso é hoje, desgraçadamente, testemunhos e apelos a uma reputação que pertence tão-somente ao passado.

Na luta entre o capital e o trabalho, os empresários reconheceram rapidamente o valor da organização. Para serem capazes de confrontar com as coalizões operárias, se uniram em poderosas associações; primeiro mediante categorias de ofício e ramos de indústrias. E – como tinham grandes recursos financeiros e a proteção e a seu favor os funcionários públicos, sabiam como influenciar a lei e a magistratura e puderam aplicar os mais rigorosos métodos de terror, assédio e de ilegalidade a quaisquer patrões que não entendessem seus interesses de classe com rapidez e assim não tivesse o interesse requerido

para a associação – suas organizações logo se tornaram mais fortes, eficazes e poderosas do que as dos operários. Nesse sentido, os sindicatos viram-se empurrados da ofensiva para a defensiva pelas associações patronais. As lutas tornaram-se mais violentas e encarniçadas; seus êxitos foram se tornando cada vez mais raros, normalmente acabando em esgotamento dos fundos centrais, necessitando de pausas mais prolongadas entre as lutas para repousar e recuperar-se. Finalmente, se reconheceu que os questionáveis “êxitos” saíam demasiado caros e que, no melhor dos casos, os compromissos resultantes dos assaltos de combate, podiam ganhar-se com menos custos se a disposição a negociar se mostrar-se claramente desde o começo. Assim, começa-se a abordar as lutas ulteriores com demandas reduzidas, com disposição a negociar, com a intenção de fazer tratos. Em lugar de lutar abertamente, cada lado tenta manobrar o outro. O oferecimento a negociar não foi mais considerado como um erro ou fraqueza. Se ajustaram ao compromisso. Como regra geral, o acordo – não mais a vitória – se converteu na conclusão dos movimentos salariais e dos conflitos sobre os horários. Assim, com o tempo, sobreveio uma alteração do princípio ao fim na tática e no método de luta.

Surge a política de firmar contratos de trabalho. Sobre a base de acordos e da conciliação, se firmavam contratos em que se regulavam as condições de trabalho por escrito. Os contratos obrigavam todas as organizações, de ambas as partes de um determinado ramo industrial, por um determinado período de tempo maior ou mais curto. Em forma de compromisso, representavam uma espécie de trégua até uma nova ordem. O patrão ganhava benefícios significativos através da conclusão dos contratos de trabalho: agora podia fazer cálculos comerciais mais exatos durante a duração do contrato; podia demandar em uma corte burguesa o cumprimento dos términos de contrato; contar com uma certa estabilidade em sua gestão e taxa de lucro; e, sobretudo, podia concentrar sua força em maior paz durante anos, para situar muito mais pressão sobre a força de trabalho quando fosse concluir o seguinte contrato. Em contraste com o patrão, o operário recebeu só as desvantagens de um contrato de trabalho: limitado pelo contrato durante grandes períodos, era incapaz de aproveitar oportunidades mais favoráveis quando elas surgissem para melhorar a sua posição; sua consciência de classe e vontade de luta se adormeceram com o tempo e estava condicionado a inatividade. Deste modo, foi caindo na atmosfera, fatal para a luta de classe da “harmonia entre capital e trabalho e da “comunidade de interesses entre quem dá o trabalho e quem o toma”; assim, sucumbiu completamente ao oportunismo

pequeno-burguês sem esperança, que vive do pão de cada dia e que torna até as reformas mais práticas e as "realizações positivas" tanto mais duvidosas e inúteis quanto mais tempo dure; e, no final se converte na vítima enganada de uma tacanha, circunscrito grupo de funcionários e dirigentes, frequentemente sem escrúpulos, cujo principal interesse é, já há muito, não o interesse do trabalhador, mas de manter as suas posições administrativas. De fato, quando a política de contratos de trabalho tornou-se predominante, a participação dos operários na vida dos sindicatos adormeceu; raramente assistiam as reuniões, a participação nas eleições declinou de forma expressiva, as cotas tinham que ser coletadas quase à força, o terror se impôs nas fábricas assim como a burocratização do aparelho administrativo – um como o outro, meios para manter a existência da organização, que se tornara um fim em si mesmo. A introdução de contratos nacionais para amplas categorias de trabalhadores, provocou um incremento ainda maior do centralismo e do poder dos funcionários e, ao mesmo tempo, também uma crescente cisão entre os dirigentes e as massas, uma maior alienação da organização de seu caráter originário como um meio de luta e de objetivo da luta, e uma degradação mais profunda dos operários em títeres insignificantes e sem vontade, limitando-se a pagar cotas e executar instruções, nas mãos da burocracia da associação.

Outro fator é necessário acrescentar. Para acorrentar o operário à organização através de todos os seus interesses, que derivam da sua situação permanente de sobrevivência, os sindicatos desenvolveram um extenso e complicado sistema de seguros, praticando uma espécie de política social “prática”. Aparentemente para benefício do trabalhador, certamente às suas custas. Há seguro para doenças, morte, desemprego, mudança e viagem para um novo emprego; um completo aparato de bem-estar social com pequenos emplastos e toda classe de paliativos para a miséria proletária. O operário começa a cobrar mais políticas de seguros, paga prêmios e mais prêmios, obtém crédito na tesouraria do sindicato e aguarda a oportunidade de pedir a sua ajuda. Em lugar de pensar na grande luta, perde-se em cálculos sobre ínfimas quantidades de dinheiro. É encorajado e mantido em seu modo de pensar pequeno-burguês; afunda-se, em prejuízo da sua emancipação proletária, nos constrangimentos e tacanhez do conceito de vida pequeno-burguês, que não se dá nada sem pedir algo em troca; habitua-se a ver o valor da organização nas vantagens materiais vis do momento, em vez de prender as suas vistas no grande objetivo revolucionário, livremente desejado na própria luta individual – a libertação de sua classe. Desta maneira, o caráter combativo da classe da organização é sistematicamente minado e a

consciência de classe do proletariado irreparavelmente destruída e devastada. Para acabar, o pobre diabo aguenta com os custos de um sistema de benefícios sociais e assistência que, basicamente, devia ser o Estado a pagar para o bem-estar de toda a sociedade, aliviando o fardo dos economicamente débeis.

Deste modo, os sindicatos tornaram-se, com o tempo, órgãos da charlatanice social pequeno-burguesa, cujo valor para o operário se reduziu de qualquer modo para nada, uma vez sob pressão da desvalorização do dinheiro e da miséria econômica⁴, a solvência de todos os fundos de assistência foi anulada. Mais ainda: em consonância lógica com a tendência para a comunidade de interesses entre capital e trabalho, os sindicatos desenvolveram-se no sentido de órgãos auxiliares dos interesses econômicos capitalistas-burgueses e, portanto, da exploração e da obtenção de lucros. Tornaram-se os mais leais escudeiros da classe burguesa, as mais seguras tropas de proteção para a finança.

Ao arrebentar a guerra, os sindicatos manifestaram-se a favor do dever de defesa nacional sem hesitar um momento, fazendo a política burguesa como a sua política, pregando o imperativo da resistência, ajudando a pôr em prática a lei do serviço auxiliar e suprimindo freneticamente todo o movimento de sabotagem ou de revolta na indústria de armas e munições. Com o rebentar da Revolução de Novembro⁵, protegeram o governo de Kaiser; se lançaram contra as massas revolucionários, se aliaram com o grande capital em uma associação de trabalho, deixaram-se subornarem com cargos, honras e rendimentos na indústria e no Estado, reprimiram todas as greves e levantamentos em unidade com a polícia e o exército e, por fim, traíram assim de forma vergonhosa e brutalmente os interesses fundamentais do proletariado com o seu inimigo jurado, a burguesia.

Na construção do capitalismo depois da guerra⁶, na reescravização das massas através do capital, organização em corporações (*truts*) e conectado internacionalmente, na Stinnização da economia alemã, nas lutas na Alta Silésia⁷ e no Ruhr, na redução da carga de trabalho para oito horas, ordens de desmobilização e economia forçada, na eliminação dos conselhos operários, dos comitês de fábrica, comissões de controle e etc., durante o terror contra os sindicalistas, unionistas, anarquistas – sempre e em toda parte, prontos a acudir

⁴ [N.T] Refere-se à crise inflacionista de 1923

⁵ [N.T] Mais conhecida no Brasil como Revolução Alemã (1918-1919)

⁶ [N.T] Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

⁷ [N.T] Uma área dívida entre a Alemanha e a Polônia depois da guerra na sequência de um plebiscito com o apoio dos sindicatos. A consciência de classe dos mineiros da área lutou contra a separação da Alemanha proletária.

pelo lado do capital, como uma guarda pretoriana pronta para o mais baixo e mais vergonhoso dos atos. Sempre contra os interesses do proletariado, contra o progresso da revolução, a libertação e a autonomia da classe operária, usaram e abusaram das acessões a fundos para segurar e prover materialmente a sua existência como patrões e parasitas que – como bem sabiam – se mantêm ou cai com a existência da organização sindical que eles falsificaram. De uma arma para os operários a uma arma contra os próprios operários.

Querer revolucionar estes sindicatos é uma ideia absurda, porque é totalmente impossível e desesperada. Este “revolucionar” equivale ou a uma simples substituição do pessoal, que não muda absolutamente nada no sistema (mas estende sobretudo o foco de infecção), ou então deve consistir em retirar aos sindicatos o centralismo, a assinatura de contratos, o dirigismo profissional, os fundos de seguros, o espírito de compromisso... E o que se resta então? Absolutamente nada!

Enquanto existirem, os sindicatos continuarão a ser o que são: os mais genuínos e eficientes Guardas Brancos dos patrões, a quem o capital alemão, em especial, deve mais do que a todos os guardas de Noske e de Hitler juntos⁸.

Tais instituições, geralmente perigosas e contrarrevolucionárias, inimigas dos trabalhadores, só podem ser destruídas, aniquiladas, exterminadas.

⁸ Refere-se às ações contrarrevolucionárias do jovem Hitler até 1923, quando este se envolveu nas atividades dos pequenos bandos armados nacionalistas privados, principalmente no Sul da Alemanha.

O Trabalho Policial é Improdutivo?

Leon Denis da Costa*

Introdução

Engels (2009) formulou junto à narrativa do nascimento do Estado que, em meio às contradições da sociedade e ao antagonismo de classes, emergiu a necessidade de instituir uma força pública. Por conseguinte, a polícia foi criada como instrumento a serviço do poder estatal, que se tornou uma ferramenta da classe dominante, detentora do poder econômico e, fazendo com que os policiais fossem tão-somente agentes de controle social, “bodes expiatórios” para o funcionamento de uma ampla estrutura do poder e dominação. Outra concepção amplamente disseminada foi a formulada por Althusser (2008), que descreveu a polícia como um dos *aparelhos repressores do Estado*, incluída conjuntamente nessa lista com outros segmentos ou instituições, como os tribunais, as forças armadas e as prisões (agências prisionais ou penitenciárias), as quais se caracterizam por utilizar da violência física, seja de forma direta ou indireta, legal ou ilegal. Também, Althusser postulou em sua teoria dos aparelhos do Estado, os denominados de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que incluem instituições que agem não pela violência física, mas por meio da ideologia do Estado, dentre elas, a escola, a igreja, a família, as instituições políticas, as quais estão ancoradas em realidades e práticas ideológicas.

Indubitavelmente, não se pode negar acerca da instrumentalização da polícia pelo poder do Estado, por aqueles que possuem acesso e interferência privilegiada no âmbito econômico, político e social do Estado, nem mesmo a instrumentalização por parte da sociedade de um modo geral ao percebê-la, principalmente, como o mandato de aplicação da lei, uma mera escrava do sistema de justiça criminal.

Contudo, buscou-se compreender outras dimensões da polícia, não somente como instrumento armado do Estado ou uma corporação que busca os seus interesses profissionais, mas principalmente como um serviço público que realiza atividades de segurança pública à população. Então, é nesta dimensão de um serviço público que se pretende discutir o trabalho policial.

* É graduado em Letras pela Universidade Estadual de Goiás e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Email: leondenis1978@gmail.com

Trabalho: da humanização ao estranhamento do ser

A concepção marxista descreve o trabalho como uma categoria fundante do ser social ou, como afirmou Engels (2013), “o trabalho criou o homem”. É uma atividade vital, isto é: “condição para a existência do homem” em sociedade. O trabalho é o processo de transformação do ser humano e da natureza, em que ao mesmo tempo em que os homens transformam a natureza numa ação produtiva para satisfazer materialmente as necessidades humanas, os homens se transformam, desenvolvem a sociabilidade do seu ser humano-social. Portanto, tal categoria ocupa centralidade na produção e reprodução da existência humana, no processo metabólico de interação do homem e a natureza.

Lukács (2012, p.46), acerca dessa relação dialética do sujeito-objeto, reconhece o mérito de Engels em ter colocado o trabalho como centro de humanização do homem. Este percebe o salto qualitativo e ontológico como uma mudança na estrutura do ser, representada como uma continuidade normal e ininterrupta transformação social do ser. Tal processo não ocorre de uma forma súbita, ou seja, sem o desenvolvimento da história humana. Lukács também reitera a afirmativa de Engels que foi a partir do trabalho que derivou imediatamente a linguagem e a sociabilidade.

Karl Marx, no Capítulo V de *O capital* (2013b), abordou sobre a concepção e as propriedades específicas do processo de trabalho humano possibilitando compreender como categoria nuclear na organização da vida em sociedade. Assim, para Marx (op. cit. p.255), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, e que é uma atividade “que diz respeito unicamente ao homem” (op. cit. p.255), ou seja, os animais não trabalham, apenas praticam ações instintivas, por exemplo, “uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias”. (op. cit. p.255). Nesse, as atividades dos animais não podem ser denominadas de trabalho, pois são na verdade uma espécie de atividade instintiva dos animais, conforme exemplifica que: “o que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente.” (MARX, 2013, p.255- 256).

Portanto, o processo de trabalho é uma condição para a existência material e social humana. A satisfação das necessidades humanas depende da transformação do “metabolismo” do homem com a natureza. Por outro lado, é relevante destacar que a natureza é a fonte de riquezas, de onde são extraídos os meios de subsistências, assim como a terra é “o armazém original de meios de subsistência, ela também é um arsenal originário dos meios de trabalho” (MARX, 2013b, p.257).

Braverman (1981), Braz e Netto (2012, p.42-43), a partir desta concepção do processo de trabalho em Marx, interpretaram as distinções da atividade do animal em relação ao ser humano: o homem rompeu do padrão natural, diferenciando da atividade dos animais que recebem uma “herança determinada geneticamente”, “ação imediata” do animal com a matéria a ser transformada, visando a “satisfação de necessidades biológicas”, geralmente fixas. Por outro lado, os homens utilizam de instrumentos ou objetos para mediar o desenvolvimento do trabalho, empregando conhecimentos e habilidades “condições objetivas” que visam satisfazer novas necessidades criadas pelos indivíduos assim que as necessidades biológicas são satisfeitas.

Outra característica do processo de trabalho humano em relação à atividade natural é que “a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início” (Marx, 2013b, p. 258). O que Lukács (2009, p. 59) denominou de “prefiguração ideal” ou de teleologia, em que “o trabalho do homem se distingue de todas as atividades animais justamente porque a determinação do objetivo precede e direciona o inteiro processo de trabalho”. Segundo Braz e Netto (2012) em análise aos escritos de Marx, afirmam que “a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é: quando a matéria natural pela ação material do sujeito é transformada” (Braz e Netto, 2012, p. 44). Agora, observemos nas palavras de Marx:

O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma de ser. Ele fiou, e o produto é um fio. (MARX, 2013b, p.258)

O que se pretende abordar no próximo item, neste trecho, é de que Marx (op. cit. p. 258) enfatiza o que ele denominou de trabalho produtivo quando:

O processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do seu produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção”, e além do mais, afirma que um "valor de uso resulta do processo de trabalho como produto" que já traz em si outros valores de uso incorporados de produtos de valores de uso anteriores como meios de produção para posteriores produtos, como o caso da matéria-prima que "é um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho (MARX, 2013b, p. 259).

Desta forma, os produtos de um trabalho anterior, ao entrar em contato com novos processos de trabalho (ou serem tocadas pelo "fogo do trabalho" para tornarem-se novos valores de uso), tornam-se fatores objetivos (condições de existência) como meios de produção através do trabalho vivo:

O fio que não é tecido ou enovelado é algodão desperdiçado. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. (MARX, 2013, p. 260)

De forma sumária, Marx (op. cit. p.261) afirma que o processo de trabalho é, em seus elementos simples e abstratos, é:

Atividade orientada a um fim—a produção de valores de uso —, apropriação do elemento natural para satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independentemente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (idem, op. cit.261)

A interpretação analítica de Lukács (2012) contribui para o entendimento acerca da categoria trabalho:

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha, é transformado por seu trabalho, ele atua sobre a natureza exterior e a modifica, ao mesmo tempo sua própria natureza desenvolve "as potências que nela se encontra latentes" e sujeita as forças da natureza a seu próprio domínio. Por outro lado, os objetos e as forças, da natureza são transformados em meio de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito". Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente

através de um conhecimento correto, através do trabalho é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. (LUKÁCS, 2012, p. 286)

Portanto, o trabalho na concepção de Marx é o processo de transformação da natureza na produção e reprodução da vida, metabolismo de criação de valores de uso e de satisfação das necessidades humanas e, especialmente o trabalho, é a categoria de construção do ser social, é o ponto inicial de humanização do ser humano, a sua autoatividade.

Por meio do método materialismo histórico - dialético Marx aprofundou a sua análise da sociedade moderna, como bem afirmou no prefácio de *O Capital*, “o que pretendo é investigar o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação”. (idem, op. cit., p.78). Deste modo, Marx, ao se debruçar sobre o processo de trabalho, percebeu que os capitalistas não pretendiam através da força de trabalho humana, a produção apenas de valores de uso (produtos destinados à satisfação das necessidades), mas por meio destes produtos obterem valores de troca: uma mercadoria, “um artigo destinado a venda”. Ou seja, o capitalista compra a força de trabalho como uma mercadoria qualquer, pretende produzir mercadorias cujos valores sejam maiores que o necessário e empregado para sua produção, através dos meios de produção e da força de trabalho. Marx sintetiza isto muito bem: “o capitalista quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (idem, op. cit., p. 263). Por conseguinte, quando Marx se refere a valor, diz "o valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção" (idem, op. cit., p.263-264). Ora, o produto ou a mercadoria é o resultado do processo de trabalho, ou seja, tanto o valor como o mais-valor tem como gênese a força de trabalho na produção de produtos e mercadorias que são propriedades do capitalista. E o mais-valor “resulta apenas de um excedente da duração quantitativa do trabalho”, quando o capital gerado pelo processo de formação de valor ultrapassa o valor pago a força de trabalho, tornando-se o processo de valorização (MARX, 2013, p. 271-272). Numa síntese, Marx esclarece:

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias (idem, op. cit., p. 273).

Em *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (2010) demonstrou na seção “Trabalho estranhado e propriedade privada” que o trabalho tem o seu papel invertido, de processo de trabalho para trabalho estranhado, passando como meio de realização e transformação do ser social para um processo de negação, estranhamento e barreira do desenvolvimento da natureza humana, ou seja, o modo de produção capitalista afasta o ser humano de sua própria essência que é o trabalho objetivado. Pois, conforme Marx, no modo de ser capitalista de produção, o indivíduo capitalista engendra a exploração do trabalhador para produzir o lucro e, por outro lado, engendra-se um processo de alienação: tornando o homem alheio do produto de seu trabalho (o produto não lhe pertence); aliena de sua própria atividade de transformação (de produção — pois é o capitalista quem o apropria); aliena o homem de sua própria natureza humana ou “auto estranhamento”, o homem “faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência”; e, por fim, aliena o homem de sua própria espécie, é o capital que comanda as relações sociais, “o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (MARX, 2010, p. 79-90).

Portanto, Marx em sua análise das relações de produção na sociedade capitalista demonstrou: o trabalho alienado revelará seu aspecto desumanizador e degradante na existência do ser humano, por meio do processo de extração da mais-valia, obtida por meio da exploração da força de trabalho na produção, convertendo-o a um trabalho assalariado, proporcionando a alienação, o estranhamento do trabalhador.

O trabalho improdutivo: a produção não material

Na análise do modo de produção capitalista, Marx utilizou uma série de distinções de trabalho, destacou diferenças entre o trabalho morto e trabalho vivo, concreto e abstrato, trabalho simples e complexo, qualificado e não qualificado, trabalho produtivo e improdutivo. No entanto, este estudo busca compreender o que vem a ser trabalho produtivo e improdutivo, para tanto será feita uma leitura analítica do intitulado *Capítulo VI Inédito*.

Inicialmente é necessário partir da observação de Braz e Netto (2012) que destacam que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo não se refere a um juízo de valor, o produtivo como “o bom” e o improdutivo como o trabalho “ruim”. Torna-se necessário retornar ao *Capítulo VI* de Marx (2013a), *Trabalho Produtivo e Trabalho*

Improdutivo a fim de extrair elementos que possam caracterizar a distinção desta “morfologia do mundo do trabalho”. Nas primeiras linhas o trabalho produtivo é apresentado como aquele que tem como fim imediato a “produção de mais-valia”, que realiza e é “consumido diretamente no processo de produção” de uma mercadoria e, por conseguinte, “valoriza diretamente o capital”, como instrumento de “autovalorização”. Ainda, acrescenta-se que o trabalho produtivo “em uma parte alíquota do volume total de mercadorias, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, produto que nada custa ao capitalista” (idem, op.cit. p.126). Então, deve se salientar que uma forma de diferenciar o trabalho produtivo é: que no processo de trabalho em geral, o trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital, e no processo de produção capitalista, o trabalho valoriza diretamente o capital, na produção da mais valia.

Do simples ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresenta-se nos como produtivo o trabalho que se realiza em um produto, mais concretamente em mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza - sem equivalente para o operário, para seu executante - em mais valia, representada por um, ou seja, um incremento excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho, para o capitalista. (MARX, 2013a, p. 125-126)

Em outras palavras, Marx (idem, op. cit. p.126) afirma: “é produtivo o trabalhador que executa o trabalho produtivo; e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital”, e ainda ressalta que deve-se incluir na análise a distinção entre a “forma de produção capitalista de produção pela forma absoluta” e não apenas a “forma natural de produção”.

Braz e Netto (2012) destacam que o trabalho que tem como função gerar o valor no modo de produção capitalista através da produção material, da produção de mercadorias é o trabalho produtivo. E, na visão de Antunes (2010), os trabalhadores produtivos “não se restringem ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital”, e que os trabalhadores improdutivos, “aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, tanto para uso público como para o capitalista, e que não se constituem como elementos diretamente produtivos no processo de valorização do capital”. (ANTUNES, 2010, p. 118).

Deste modo, para Marx, não é somente a participação direta ou manual do trabalhador na transformação material ou na produção de mercadorias que pode ser considerado trabalhador produtivo, mas todos aqueles trabalhadores coletivos cuja atividade combinada se realiza materialmente e de maneira direta num produto total, não importando se a função do trabalhador está ou não direta ou imediatamente ligada à transformação material ou à produção de mercadorias e, principalmente, a sua capacidade de trabalho, que é consumida por parte do capital ou do capitalista. E, daí Marx apresenta duas conclusões. Atente-se a primeira:

Com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção capitalista, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade do trabalho socialmente combinada que se converte no agente (*funktionar*) real do processo de trabalho total e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, de produtos- este trabalha com as mãos, aquele trabalha com a cabeça [...] temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo e seus agentes, no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considera o trabalhador coletivo, de que a oficina consiste, sua atividade combinada se realiza materialmente (*materialiter*) e de maneira direta num produto total... [...] é indiferente que a função de tal ou qual trabalhador- simples elo desse trabalhador coletivo- esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. (MARX, 2013a, p. 127)

Portanto, o trabalho produtivo deve se levar em conta o resultado e a produção material, não importando as variadas funções dos trabalhadores em uma atividade coletiva de produção de mercadoria - sendo este o trabalho produtivo, que cria valor do qual é apropriado pelo capitalista.

Outra conclusão é que as determinações posteriores do trabalho produtivo são oriundas dos traços que caracterizam o modo de produção capitalista. O possuidor da força de trabalho é um trabalhador assalariado, “como vendedor direto do trabalho vivo”, o qual a sua força de trabalho e seu trabalho são incorporados ao capital, “como fator vivo em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção” (op. cit. p.128), produzindo a mais-valia ao capitalista que comprou a sua força de trabalho. Nesse sentido, Marx (2013a, p. 129) salienta que “na produção capitalista, por um lado, a produção de produtos como mercadorias e, por outro, a forma de trabalho como trabalho assalariado se absolutizam”, ou seja, tanto a produção de produtos como serviços são vistos como

mercadorias e, nesse sentido, todos os serviços são transformados em trabalhos assalariados, e todos os trabalhadores executantes tornam-se assalariados, levando aquela confusão característica própria da produção capitalista.

Em linhas gerais, o trabalhador produtivo produz capital, seu trabalho “constitui um momento do processo de autovalorização do capital”, o que não acontece com o trabalhador improdutivo que apenas teve seu trabalho consumido diretamente (Marx, 2013, p.134). Se delimitar a apenas esta linha de raciocínio registrada por Marx, nesta parte do texto, implicaria em afirmar que o trabalho produtivo não se diferenciaria do trabalho improdutivo simplesmente pelo conteúdo determinado do trabalho, o qual poderia até ser idêntico, nem distinguiria pela sua utilidade particular ou pela peculiaridade do valor de uso manifestado, mas pelo processo de trabalho, como trabalho em geral ou processo de trabalho capitalista. Pois, assim como a cantora no processo de trabalho em geral é uma trabalhadora improdutiva pelo seu serviço e seu valor de uso, no entanto, no processo de produção capitalista, ao ser contratada por um empresário que vende seu canto ao capitalista por dinheiro, torna-se uma trabalhadora produtiva, pois neste último processo estaria produzindo mais-valia, valorizando o capital.

Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto é assalariada ou comerciante. Mas a mesma cantora, contratada por um empresário (*entrepreneur*) que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital (MARX, 2013, p. 133).

Conforme esclareceu Marx, o serviço ou o trabalho o qual não se transforma em produtos separáveis do trabalhador (apesar de ser explorado de maneira capitalista), tornam-se insignificantes ao se comparar ao volume da produção capitalista, devendo ser tratados como *trabalho assalariado* que não é simultaneamente produtivo. Neste ponto, deve se atentar que Marx fala-se em um *trabalhador* produtivo – o indivíduo que produz capital - e não em um trabalho produtivo, e para sanar esta semelhança daquilo que é produtivo ou improdutivo, Marx aponta que a diferenciação entre um e outro, além do resultado ser material ou não material, encontra no processo de produção capitalista, se almeja ou não a obtenção do lucro.

Vale ressaltar que esta a definição deixada por Marx neste texto analisado denota certa imprecisão acerca do trabalho produtivo/improdutivo, pois ora define o trabalho produtivo como aquele que produz mais-valor, ora como aquele que gera lucro, ora como

sendo o produto do trabalhador coletivo. O que, em outras palavras, implicaria em afirmar que se o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valor, tal definição restringiria o trabalhador produtivo ao proletariado, o operário. E, se o trabalho produtivo é aquele gerador de lucro, deve-se incorporar como trabalhador produtivo aquele que presta serviços, o trabalhador do comércio, a cantora contratada entre outros. E quando Marx aponta o trabalhador coletivo como um trabalhador produtivo, então, inclui-se o técnico, o engenheiro de produção e a rigor até o capitalista. Uma forma de superar a insuficiência dessa definição do trabalho produtivo deveria ter trazido para análise neste artigo uma compreensão maior de suas contribuições e discussões realizadas em sua obra, que predomina o entendimento de que o trabalho produtivo é aquele que gera mais-valor.

Para Santos (2013), o crescimento do trabalho imaterial¹ (Marx não empregou este termo, mas para esclarecer o trabalho improdutivo e caracterizá-lo, empregou a expressão “produção não material”) é uma tendência contemporânea que, no contexto histórico de Marx, realmente era insignificante. Entretanto, ele forneceu uma noção de “trabalho imaterial” ao discorrer sobre os serviços, atividades de produção imaterial nessa distinção e concepção de trabalho produtivo e improdutivo. Nesse sentido, Marx (2013, p.137) teria apresentado alguns elementos sobre a noção da imaterialidade do trabalho, ao explicar que “no caso da produção não material, ainda que esta efetue exclusivamente para a troca e produza mercadorias existem duas possibilidades” de resultados desse tipo de produção: o primeiro, que o resultado é mercadorias (como os livros, quadros, produtos artísticos em geral) que existiram isoladamente em relação ao produtor, podendo circular como mercadorias no intervalo da produção e o consumo.

Sobre esta primeira possibilidade de resultado, Santos (2013) compreende que:

Em tais casos, o resultado imaterial do trabalhador imediato necessita ser incorporado aos elementos materiais gerados por outros trabalhadores. O resultado do trabalho de um sociólogo que concebe uma explicação da realidade não é o livro em si, mas a teoria contida no livro. O livro é a expressão da articulação entre o trabalho do sociólogo, do tipógrafo, dos trabalhadores que participaram da impressão etc., em suma, a combinação de trabalhos materiais e do trabalho imaterial do pensador (SANTOS, 2013, p. 14).

¹Nildo Viana (2009, p.197-242) analisou esta tese do trabalho imaterial, discutindo como uma ideologia, buscando esclarecer as representações produzidas em contraste com a teoria dos regimes de acumulação capitalista.

A segunda possibilidade de resultado de produção não material são produtos que são inseparáveis de atividades da produção são os serviços prestados pelos médicos e docentes, exemplos fornecidos por Marx que, para Santos (2013, p. 15), “o trabalho imaterial é aqui pensado levando em conta o caráter imediato e útil do produto do trabalho”.

Portanto, a noção de trabalho imaterial é entendida aqui conforme o conceito empregado por Santos (2013), um trabalho que produz um serviço ou bem que tenha utilidade (valor de uso) e seu conteúdo e resultado seja imaterial, isto é, todo trabalho humano cujo resultado útil seja predominantemente imaterial, mesmo que para que o trabalho imaterial seja efetivado, haja a mediação de objetos materiais. O autor ilustrou sua noção com o exemplo do trabalho imaterial do professor para gerar o resultado informacional de sua aula, atividade imaterial, consome instrumentos materiais, tais como giz, livros, anotações.

Por fim, o trabalho é o ponto fundamental da sociabilidade humana. No capitalismo o trabalho é predominantemente alienado. Entre milhares de categorias de trabalhadores há o ofício do policiamento moderno que, a partir das proposições marxistas de trabalho, constitui-se também um trabalho assalariado. Nesse sentido, avançando no debate, como podemos perceber este trabalho do ponto da produtividade? O trabalho do policial é produtivo ou improdutivo? Com base nas definições acima e com a conceituação do trabalho policial que faremos a seguir, é a pergunta que pretendemos responder.

Polícia e o trabalho policial

Para Bayley (2002), na visão moderna, a polícia pode ser entendida como uma organização que possui os seguintes atributos: caráter público (com autorização coletiva para o uso da força legitimada normalmente através do Estado), especializada (é preparada exclusivamente para desempenhar a função de policiamento e preservação da ordem pública, com monopólio da aplicação da força física) e profissionalizada (refere-se à qualificação, indicada pelo recrutamento com padrões específicos, remuneração adequada à carreira, treinamento, supervisão, ou seja, características como especialização funcional dos policiais o uso de tecnologia moderna, neutralidade na aplicação da lei).

Por sua vez, para Reiner (2003) a polícia é uma corporação de pessoas especializadas patrulhando os espaços públicos, geralmente usando uniformes, a quem foi

dada a responsabilidade básica formal da força legítima para salvaguardar a segurança, controlar o crime, manter a ordem e exercer algumas funções típicas de *serviço social*. Distingue-se a polícia como a instituição, e o policiamento como um conjunto de processos com funções específicas.

Monjardet (2002) que apresentou em seu estudo sociológico da força pública a concepção que vê a polícia sob três dimensões indissociáveis: a) um instrumento de poder (institucional), isto é, um instrumento criado pela autoridade política para promover e manter interesses coletivos identificáveis; b) um serviço público suscetível de ser requisitado por todos (organização), isto é, possui uma divisão e especialização de tarefas (trabalho), técnicas, procedimentos, saberes, estrutura hierárquica e etc., c) uma profissão que desenvolve seus próprios interesses, ou seja, policiais ou profissionais especializados que possuem interesses e culturas próprios.

Bayley (2002) buscou investigar a natureza do trabalho policial, descrever o que a polícia faz, verificou três diferentes indicadores para a caracterização da atividade policial: as atribuições (o que a polícia é designada a fazer), situações (os fatos ou acontecimentos que a polícia lida ou envolve) e resultados (as ações tomadas durante o atendimento das situações ou ocorrências). Deste modo, o trabalho policial segundo Bayley pode ser descrito:

Atribuições é a descrição organizacional do que os policiais estão fazendo - patrulhando, investigando, controlando o tráfego, aconselhando e administrando. [...] em termos de situações com as quais a polícia envolve: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóvel, pessoas suspeitas, supostos arrombamentos, distúrbios públicos e morte não naturais. [...]. Finalmente, o trabalho da polícia pode ser descrito em termos de ações executadas pela polícia durante as situações, tais como: prender, relatar, tranquilizar, advertir, prestar primeiros socorros, aconselhar, mediar, interromper, ameaçar, citar e assim por diante (BAYLEY, 2002, p. 118-119).

O trabalho policial, na perspectiva do que a polícia faz, realiza uma multiplicidade de tarefas, uma gama de serviços que nem sempre estão diretamente relacionados às atividades de aplicação da lei e manutenção da ordem, ou seja, ações que estão relacionadas a crimes. O trabalho policial compreende, então, ações de iniciativa dos policiais, ações preventivas, que podem ser vistas simplesmente como atribuições de aplicação da lei e, também, e ações reativas as quais são oriundas da demanda da população por meio de chamados para prestar algum atendimento, geralmente emergencial.

Segundo Goldstein (2003), pesquisas demonstraram que a polícia passa a maior parte do tempo em determinadas áreas para atender acidentes, pessoas embriagadas ou drogadas, além de tratar de distúrbios familiares, brigas entre gangues de adolescentes, perturbações do sossego, danos à propriedade, acidentes de trânsito, controlar multidão em eventos públicos, lidar com perigos e com deficiências de outros serviços municipais. Tais atividades são fundamentais para mudar o estereótipo da função policial, de prevenir a criminalidade e prender criminosos, uma imagem impregnada no seio dos policiais e da população, que pela sua influência enorme, acaba sendo cultivada pela própria polícia e reforçada pela literatura popular, pelas séries de TV, cinema.

As ações e atribuições apontadas para caracterizar o trabalho policial possibilita inferir que suas ações não produzem um resultado material, ou seja, não é criado um conteúdo físico em sua prestação de serviço público. E, esta atividade, entendida como serviço, o que segundo Marx destaca o serviço é *útil* como *atividade* assim como o trabalho do docente, exemplo fornecido por Marx (o qual pode ser um serviço público sujeito a concepções teóricas e ideológicas do Estado), por conseguinte o produto ou o serviço desempenhado pelo policial também não pode ser separável do ato da produção:

Em suma: os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores [...] e ainda que se possa explorar de maneira diretamente capitalista, constituem magnitudes insignificantes se comparadas com o volume da produção capitalista. Por isso, deve-se fazer caso omissos desses trabalhos e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado, sob a categoria de trabalho assalariado que não é ao mesmo tempo trabalho produtivo (MARX, 2013, p. 133).

Para empregar outra vez as palavras de Marx (2013, p. 130) que é pertinente como exemplo: “um soldado é trabalhador assalariado, recebe soldo, mas nem por isso é trabalhador produtivo”. Em conformidade com as discussões, os policiais são profissionais assalariados que trocam a sua força de trabalho por uma remuneração, estando sujeitos a determinadas condições de trabalho, duração e outras especificidades. Então, o trabalho policial que, para alcançar os resultados imateriais de serviços de segurança pública, são mediados por objetos de trabalhos materiais como veículos, armas, cones, lanternas, formulários, acessórios e etc., úteis para o desempenho de uma diversidade de tarefas e/ou atribuições de um serviço público em que o policiamento é a sua atividade mais visível.

Considerações finais

Nesse sentido, este artigo não buscou elaborar uma discussão com a teoria e os autores conhecidos como *teóricos do trabalho imaterial*² ou *do capitalismo cognitivista*, mas simplesmente a partir da concepção marxista de dupla dimensão, que ora aponta o trabalho como a categoria nuclear para existência humana, essencial a sua condição de reprodução, de satisfação das necessidades e do desenvolvimento da sociabilidade humana, e ora trabalho alienado, um processo de desumanização, exploração e alienação do homem.

Para discutir o trabalho policial na perspectiva de Marx buscou compreender a distinção de trabalho produtivo do improdutivo. Entender a noção de produção não material, que esteve presente o tempo todo na produção material, seja no estágio da concepção de uma atividade produtiva, ou nas formas de trabalhos que Marx denominou de improdutivo.

Portanto, a atividade desempenhada pelos policiais como um serviço de segurança pública prestado à população ou o trabalho policial é compreendido segundo as leituras discutidas a partir de Marx como um trabalho improdutivo, uma vez que o policial é um trabalhador assalariado que presta uma atividade que tem a sua utilidade, um serviço público de segurança, o qual realiza ações preventivas e repressivas, que prestam atendimento a situações que culminam com a aplicação da lei criminal e com situações em que simplesmente não é recorrida a lei, mas que muitas das vezes há uma resposta de mediação do conflito. O trabalho policial termina com um resultado em que a produção é não material.

Portanto, sob a dimensão do trabalho policial como um serviço público disponível ao atendimento das demandas emergenciais da população com a produção de segurança pública com implicações de zelo da integridade física das pessoas e da preservação do patrimônio, este serviço permite que os membros de uma comunidade inseridos no processo de produção material continuem em atividade. Dessa forma, o trabalho policial é um trabalho improdutivo, particularmente, em decorrência da produção de um resultado não material, cujo trabalho não é separável de seu trabalhador, e por último, o trabalhador ser um assalariado. Com base somente na análise do *Capítulo VI* em questão, nos termos da ambiguidade gerada por Marx acerca do trabalho improdutivo, não se pode afirmar que o

² Os principais autores André Gorz, Antônio Negri, Michael Hardt, Maurício Lazzarato que contribuíram para a interpretação e explicação do trabalho imaterial que, divergiram da teoria marxista do valor trabalho, da centralidade do trabalho que tem sido criticada principalmente por autores Ricardo Antunes, Henrique Amorim e outros, apesar de alguns destes adotarem a terminologia 'trabalho imaterial'.

trabalho policial³, no caso o representante da agencia estatal, integrante da burocracia do estado produzirá lucros a quem estiver usufruindo de seu serviço ou que o resultado de sua atividade produzirá mais-valor.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 14.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAYLEY, David. *Padrões de Policiamento: Uma análise internacional comparativa*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital monopolista*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Antunes, Ricardo. Org. *A dialética do Trabalho I: Escritos de Marx e Engels*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*. 3. ed. São Paulo: Escala, 2009.

GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social I*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: Antunes, Ricardo. Org. *A dialética do Trabalho I: Escritos de Marx e Engels*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

³ É importante esclarecer que a questão da produtividade nas instituições policiais está relacionada a números de prisões, drogas e veículos irregulares apreendidos, abordagens e etc., logo a caracterização de “improdutivo”, no âmbito da burocracia desse serviço público é encarada com um sentido negativo, pois é apenas uma questão de definição e concepção teórica.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia: Sociologia da Força Pública*. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

NETTO, Jose Paulo, BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Vinícius Oliveira. *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VIANA, NILDO. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Editora Santuário, 2009.

Gestão do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo: Um esboço de formas de dominação e controle da mão de obra

Daniel dos Santos Simon de Carvalho*

Introdução

O trabalho é algo essencial para produção e reprodução da vida humana. Através do trabalho saciam-se as necessidades humanas, garantido assim nossa subsistência. No entanto, a forma como as relações produtivas são realizadas, ou socialmente constituídas, nos dizem bastante sobre como o trabalho nas sociedades é concebido. Pensá-las – isto é, as relações produtivas – revelam como o trabalho humano é usado e apropriado para legitimar determinadas relações e reproduzir seus valores vigentes.

Pensar em trabalho, portanto, significa pensar em dominação e conflitos, já que esse é um aspecto inerente ao sistema capitalista ao qual o trabalho está submetido. Se nós vivemos em um mundo profundamente desigual e dispare, isto é, tanto na esfera da produção de mercadorias, como na esfera da circulação; isso torna necessária a existência de formas de controle e gestão para que o trabalho explorado e alienado permaneça pelo menos na aparência, como simples “processo de trocas” entre o capital e o trabalho, mascarando as verdadeiras facetas desse processo.

Elege-se como referencial inicial deste trabalho a figura de Karl Marx, o primeiro pensador que conseguiu ir ao fundo de todas as nuances do trabalho em sua época, não se limitando as análises de consciência burguesa. Podemos pensar a partir do autor como uma classe dominante, isto é, a burguesia que controla os meios de produção, cria suas próprias representações para legitimar essa dominação. Nesse processo as classes trabalhadoras são envolvidas ou cooptadas para o trabalho, limitando assim a exploração de seu potencial com aquilo que é produzido.

Em um segundo momento será destrinchado como essas representações configuram-se dentro do mundo do trabalho nos séculos XX e XXI, trazendo exemplos de autores contemporâneos que abordaram essa temática.

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e mestrando em sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

E concluindo serão citados alguns exemplos práticos de como essa dominação ou apropriação dos trabalhadores e de sua força de trabalho aparecem para eles mesmos, e o que as relações produtivas não permitem que seja percebido.

Karl Marx: Facetas da potencialidade humana e a produção de consciência

Em um primeiro momento é necessário expor sua metodologia de investigação. Para o autor, o estudo de qualquer fenômeno social deve ser compreendido a partir do “Geral para o particular” (MARX, p. 24, 1983). Isso ocorre pelo fato dos eventos não estarem aparentes em si mesmos, é preciso ir além, ou seja, para as categorias ontológicas reais. Em suma, para se determinar o real concreto é necessário ir além da abstração.

Desta forma, Marx critica a economia política esboçando seu método de fora para dentro, indo do “real e do concreto” (1983, p. 218). Essa criticidade opõe-se à concepção dialética em Hegel, que via o processo histórico de forma idealista. Marx por sua vez irá levar em conta aspectos materiais ignorados pelo primeiro autor. Em o método da Economia Política é ressaltada a necessidade de se ir para as “categorias gerais” (MARX, 2011). É preciso tomar o que já está dado, ou aquilo que foi abstraído. Por concreto podemos entender como a síntese de múltiplas determinações do real. Essa suposta síntese é o resultado do estudo, e não o seu início. Para o autor o método consiste em “elevar-se do abstrato ao concreto” (1983, p. 219), sendo esta a maneira para se “apropriar do concreto” e reproduzi-lo como “concreto espiritual”. Em suma, para Marx o que está dado enquanto aparência é falso. O que “salta aos olhos” precisa ser esmiuçado. Desta forma alcança-se a essência, para posteriormente explicar essa “aparência estranhada”.

Muitos esboços que Marx escreveu (às vezes em conjunto com Engels) foram deixados a “crítica dos ratos”, mas por sorte nossos amigos roedores foram bem gentis e permitiram que tais obras fossem apreciadas em nossa época atual. Partiremos dos *manuscritos-econômicos filosóficos* onde Marx trata a questão do trabalho “estranhado”¹. Segundo José Paulo Neto, este texto é muito pertinente pois representa a passagem do Marx “filósofo para o economista” (PAULO NETO, 2011), em que o autor começa a

¹ Existem algumas em controvérsias em relação aos termos empregados nesse estudo. Em traduções anteriores a edição utilizada, traduziu-se indiscriminadamente como “alienação” (*Entausserrung*), mas também se usa o termo “estranhamento” (*Entfremdung*). A opção será por usar o segundo termo, já que é o mais recorrente na segunda edição, e caso for necessário os termos serão diferenciados ao longo do texto.

problematizar a questão da insuficiência da economia política para entender as relações produtivas.

Seguindo seu método, o autor parte das categorias gerais da economia política. Inicialmente ele nos apresenta a premissa de que o trabalhador é rebaixado à condição de mercadoria, abaixo inclusive do produto em que foi empreendida sua força de trabalho. A miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à grandeza de produção (MARX, 2010). Lançado esse problema Marx começa sua exposição:

Agora temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação do trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo este estranhamento (*Entfremdung*) com o sistema do *dinheiro*. (MARX, 2010a, p. 80).

O que ocorre é que o processo de divisão do trabalho e a separação do trabalhador dos meios de produção gera um distanciamento que aniquila sua própria “humanidade”. Sua força de trabalho também se torna uma mercadoria. Esse processo de “mercantilização” faz com que o objeto produzido apareça como uma forma de *estranhamento* ao trabalhador, invertendo o sentido de sua criação. Em outras palavras: A mercadoria se apropria do criador. Por isso, a alienação é compreendida como uma não identificação do trabalhador com o processo que realiza, justamente por ele não ser senhor do seu processo de trabalho (MARX, 2010).

Mesmo sendo um texto de aspecto ensaísta, Marx começa a esboçar o que em sua maturidade seria conhecido como “teoria do valor”. Nisso se deduz que por não controlar o processo de trabalho, ocorre uma relação inversa de que “quanto mais ele produz, mais pobre ele se torna”. (2010, p. 81). Mais a frente o autor começa a justificar essa “estranheza” do trabalhador com sua obra, e todo processo de *exterioridade* que pertence ao não trabalhador, ou doravante chamado de capitalista: o detentor dos meios de produção.

Este processo não ocorre somente no resultado, mas também durante a própria atividade (2010a, p. 82). De fato, não ocorrem “trocas voluntárias” como pressupunha os economistas que o antecederam. O trabalho é apenas um “meio de satisfazer carências fora dele” (p. 83, 2010), envolvendo, portanto um processo de “mortificação”. “Ele [isto é, o trabalhador] não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve nenhuma energia física ou espiritual livre.” (2010, p. 82).

Dito isso podem ser concebidas quatro formas de estranhamento, que foram parcialmente esboçadas até aqui. Primeiro, a relação com seu produto de trabalho, este objeto lhe parece estranho e poderoso. Segundo, diz respeito ao próprio ato de trabalho, resultando em “miséria, impotência e castração” (2010, p. 85). Terceiro, o homem estranha a si mesmo, sua própria existência, seu próprio corpo e sua “essência espiritual”. Quarto e por último, o trabalhador se torna apenas um “sujeito físico” do seu trabalho, tendo sido usurpado do pertencimento ao seu objeto de criação, seu ato de trabalho e a si mesmo. O próximo passo é estranhar a relação com outros homens. (2010, p. 86).

Neste processo, o trabalhador se deflagra com o capitalista, aquele que detém a propriedade privada dos meios de produção (p. 87, 2010). Consequentemente, o capitalista aparece como mediador do consequente estranhamento causado pela propriedade privada, já que esta exterioriza o trabalho de seu criador.

Usando de sua prerrogativa como detentores dos meios de produção, os capitalistas se especializaram ao longo das épocas em apaziguar ou camuflar o conflito entre o capital e o trabalho. Neste ponto, podemos invocar outro texto que nossos amigos roedores permitiram que chegassem até nós: *A Ideologia Alemã*, escrita em conjunto com Friederich Engels. Nesta obra os autores dirigem críticas a concepção filosófica dos ditos “hegelianos de esquerda”, em especial Ludwig Feurbach, Bruno Bauer e Max Stiner, procurando mostrar como esses filósofos, embora se pretendendo críticos da sociedade, mantinham suas posições filosóficas dentro da tradição idealista. Marx e Engels empregam “ideologia” em um sentido negativo. Uma visão distorcida, ou mascarada da realidade. Isso pode ser ilustrado nesta passagem:

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. (...) São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (...). Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (Marx; Engels, 1998, p. 18-20).

Fica claro que tanto as produções de consciência, quanto a própria ideologia, aparecem como uma forma de representação. Ou melhor, como “falsas representações” da

realidade concreta. Produz-se com isso uma forma de alienação da consciência humana, camuflando sua situação real de existência (as relações de produção). A ideologia é produto de uma estrutura social profundamente desigual, e, portanto não transparente. Já que esta desigualdade não pode explicitar-se no nível da consciência. Evitar que isso aconteça é sua tarefa.

Além disso, ideologia tem um significado de ser um constructo bem elaborado, apesar de falso. De certa forma, o termo será retornado por autores marxistas posteriores². Ideologia, teoria e ciência, podem ser classificadas como sistemas mais amplos de representação (VIANA, 2008). Uma ideologia consistiria numa sistematização de uma representação simples, ou “cotidiana”.

Nesse ponto retornaremos as questões que dizem respeito à aparência e a essência. O efeito produzido pela ideologia – ou por uma concepção ideológica do real – representa um sentido socialmente construído e motivado por interesses de dominação. Em suma, os valores produzidos pela classe dominante transparecem de forma universal.

Outra questão importante que tange a teoria de Marx – que também diz respeito às representações – é a categorização de consciência. Em primeiro lugar, deve-se tomá-la como uma determinação histórica. Isto quer dizer que estes indivíduos não tomam consciência nas “representações que fazem de si” ou nas “representações que os outros fazem deles”, mas em sua “existência real”, isto é, “condições e limites independentes da sua vontade” (1998, p. 18).

A consciência é um produto social, estabelecido com o meio sensível, isto é, a natureza e posteriormente do contato com outros seres humanos. Desenvolvendo-se conforme o desdobramento de determinada civilização, sendo essa diretamente ligada à divisão social do trabalho (MARX, 1998). A partir dessa dicotomia estabelece-se a separação entre trabalho “material” e “intelectual”. Esses aspectos corroboram diretamente para constituição de uma ideologia. Normalmente apesar da limitação causada pela consciência, ela também contém em si o seu rompimento. Isso está diretamente ligado à condição de exploração de classe:

O proletariado, devido ao fato de não desenvolver todas as atividades sociais, mas apenas aquelas que a divisão social do trabalho lhe permite,

² Viana ressalta a contribuição de Korsch, Lúkacs e Gramsci, para o estudo de “representações cotidianas” (VIANA, 2008).

também possui uma consciência limitada, mas que graças à sua posição específica na divisão social do trabalho, é mais desenvolvida do que a de qualquer outra classe social. Isto ocorre devido ao fato de que, junto com a limitação de suas atividades, existe a exploração e a dominação às quais o proletariado está submetido e daí seu interesse em superá-las e desta forma poder realizar a ‘crítica desapiedada do existente. (2008, p. 117).

À vista disso, o ser humano sente uma “força estranha” que age sobre si e impede o acesso total a consciência, ou a seu aspecto “omnilateral” (1998, p. 28). Para o autor, a chamada “consciência de classe” seria a consciência da sua situação de dominação, e esta ocorreria com o agravamento das contradições citadas acima, criando um abismo entre o trabalho intelectual e o braçal. Tal tomada de consciência se expressaria na prática, por meio da luta de classes.

Ideologias do trabalho e formas de controle do capital sobre a força produtiva

Nos embates da relação capital/trabalho, novas formas de gerência e sofisticação foram criadas para apaziguar as contradições inerentes ao processo de trabalho estranhado. O que mostraremos a seguir é como a “gerência científica” se utiliza de várias formas criativas e se reinventa constantemente para o controle e exploração do trabalho.

Devemos lembrar que após Marx ter escrito suas obras as formas de exploração dos trabalhadores se incrementaram bastante. Neste ponto é preciso destacar que mesmo tendo uma relação estranhada com o mesmo, ainda existia um “razoável controle” sobre o processo trabalhista (BRAVERMAN, 1981). O afastamento dos trabalhadores sobre sua própria produção envolveu uma longa jornada com muitas batalhas. É possível afirmar que durante os séculos XIX e XX o capitalismo se encontrava em uma fase de transição, em que o controle do trabalho era “parcial”, com uma divisão rudimentar do trabalho (1981, pp. 64-65). Mas porque disciplinar o trabalho? Afinal, a humanidade sempre produziu bens de consumo ao longo de sua existência. A questão que está em jogo é justamente o subjugo do “trabalhador ao não-trabalhador” como relatado por Marx, nos *manuscritos*. .

Era preciso criar uma ponte entre o capital e o trabalhador, algo que pudesse reduzi-lo a um simples executor de tarefas. Assim surge a gerência, um novo posto burocrático administrativo que funcionava como uma forma de coerção do trabalho:

O controle sem centralização do emprego era, senão impossível, certamente muito difícil, e assim o requisito para a gerência era a reunião

de trabalhadores sob um único teto. O primeiro efeito de tal mudança era impor aos trabalhadores horas regulares de trabalho, em contraste com o ritmo auto-imposto que incluía muitas interrupções, meio-expedientes e feriados, e em geral impedia a extensão da jornada de trabalho para fins de produzir um excedente nas condições técnicas então existentes (BRAVERMAN, 1981, p. 61).

A essa altura é possível relacionar os dois textos citados de Marx com os relatos de esboço de gerência relatados por Braverman. Primeiro, a modalidade de estranhamento do trabalhador para com a sua obra e seu ato de trabalho começa a se justificar nessa passagem. Segundo, percebe-se o início de uma separação entre o citado “trabalho material” e o “trabalho intelectual”. Contudo, essa divisão estava apenas em seu embrião. Frederick Taylor foi o indivíduo que mais incrementou a gestão do trabalho no século XX. Sua busca foi consolidar um desprendimento total dos trabalhadores sobre seu ofício. Algo que ficará conhecido como “gestão científica” (1981, p. 82).

Taylor foi um indivíduo extremamente inteligente e metódico, assim sendo – trabalhando como gerente subordinado aos patrões – buscou desenvolver métodos que aumentassem a produção de bens de consumos assim como sua velocidade. Não é exagero dizer que Taylor contribuiu drasticamente para o aumento da mais-valia relativa de seus empregados. O objetivo dessa prática era: “(...) retirar do trabalho qualquer poder de decisão ou controle que o trabalhador tivesse” (1981, p. 86).

A “gestão científica” possui alguns princípios. Primeiro, dissociar o processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores. Segundo, a divisão na execução de tarefas rotineiras. O que se desdobra no terceiro princípio: Utilizar esse monopólio de conhecimento para controlar todo processo e retirar do trabalhador qualquer capacidade de “intervenção na concepção do trabalho” (2010, p. 96).

Contudo, a “gestão científica” de Taylor – que na verdade é uma técnica, não uma ciência – só foi implantada em grande escala anos depois nas esteiras de produção da fábrica de Henry Ford. O tempo passou a ser milimetricamente cronometrado: 8 horas de trabalho, 8 horas de sono, 8 horas de lazer. O tempo livre do trabalhador também foi subjugado às relações instituídas pela ideologia dominante.

Porém, é no período de pós-segunda guerra que se consolida o que podemos chamar de “fordismo”, em que a presença do Estado para a manutenção desse modelo se torna crucial. Isso ocorre principalmente nos países centrais, ou como eram chamados naquela

época, “países de primeiro mundo”. O fato de tal institucionalidade ter sido cunhada, segundo Harvey, tornou o fordismo “não apenas uma forma de gestão do trabalho, mas uma forma de acumulação” (HARVEY, 2012, p. 117).

O período de pós-guerra foi o período histórico onde o pacto capital e trabalho foi mais bem sucedido para os capitalistas. Pela primeira vez – pelo menos nos países centrais – o mercado e o Estado, conseguiram cooptar os sindicatos e a luta dos trabalhadores, retirando o caráter radical e revolucionário:

Não obstante, as organizações sindicais burocratizadas foram sendo cada vez mais acuadas (às vezes através do exercício do poder estatal repressivo) para trocar ganhos reais de salário pela cooperação na disciplina dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção (...). O acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, no entanto, a ameaça de uma organização trabalhista mais forte e do aumento do poder da classe trabalhadora – daí a importância do ataque político a elementos do movimento operário depois de 1945. (2012, p. 129).

No entanto, no período entre 1966-1975, o fordismo começa a entrar em colapso e se revela insustentável como regime de acumulação. Nesse processo surge a chamada acumulação flexível³. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados dos produtos e padrões de consumo. Envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como regiões geográficas, pois o mercado de trabalho passou por uma reestruturação (HARVEY, 2012). Nesse ponto, cabe ressaltar o grande golpe que os trabalhadores dos países centrais sofreram. Os sindicatos cooptados e burocratizados não conseguiram esboçar uma reação satisfatória, quando muito já não estavam alinhados com a burguesia. No próximo item serão debatidas as consequências desses processos dentro do mundo do trabalho.

Estranhamento ao trabalho e ideologias de controle

Na introdução da parte dois do livro *Condição Pós-Moderna*, Harvey faz importantes considerações sobre o trabalho. Apesar de óbvia, ilustra bem sua submissão ao capitalismo:

³ É importante lembrar, que Viana na obra *O Capitalismo na era da Acumulação Integral* (2009), faz uma crítica consistente a ideia de flexibilidade, tratando a acumulação como “integral” e não como “flexível”. O que significa que o fordismo em si não acabou como modelo, e sim convive com outros modelos de acumulação, por isso o termo integral.

Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato fez o trabalho. A familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovada com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. (2012, p. 119).

Cada regime de acumulação possui suas próprias formas de apropriação da força de trabalho, havendo sempre a necessidade de novas formas de habituação. A grande diferença é que no “modelo fordista” o trabalhador era tratado como um “ente vazio”, ou como chamado por Taylor o “homem boi” (1981, p. 120). Isso significa que os trabalhadores se tornaram “corpos isolados e dóceis desprovidos de qualquer iniciativa” (DEJOURS, 1992, p. 42).

A retirada do *Know-How* do trabalhador promovida por Taylor coloca em choque uma “história personalizada”, ou uma trajetória de vida, com o processo de trabalho. Dejours chama esse efeito de “despersonalizante” (1992, p. 43), o que se assemelha com a questão do estranhamento em Marx. O efeito dessa despersonalização significa que durante e após o trabalho, muitos devaneios ou procrastinações, podem ser usadas como uma forma de fuga. O que nada mais é que um exercício de estranhamento.

A grande diferença do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível, no que diz a respeito à gestão, é o que Roberto Heloani chamou de “apropriação da subjetividade do trabalhador” (HELOANI, 2003, p. 105), traduzido no discurso empresarial como “administração participativa”. Em suma, o dispêndio intelectual do trabalhador é recolocado no processo de execução do trabalho, mas não lhe cabendo o poder de decisão:

Dentro de um sistema altamente competitivo e flexível, a empresa pós-fordista estimula o desenvolvimento da ‘iniciativa’, da ‘capacidade cognitiva’, do ‘raciocínio lógico’ e do ‘potencial de criação’ para que os funcionários possam dar respostas imediatas a soluções dos problemas. Ao passo que delega algum poder de decisão (propícia certa autonomia), a empresa precisa manter um controle indireto sobre a atuação de seus empregados, o que estes assimilem e incorporem suas regras de funcionamento como elemento de percepção, chegando num último estágio, ao reordenamento da subjetividade dos trabalhadores, visando garantir a manutenção de normas empresariais. A subjetividade é assim tomada, na lúcida observação de Enriquez, como um recurso a mais a ser manipulado, um engodo por parte do capital, para que os trabalhadores,

‘crendo que sua subjetividade foi reconhecida ponham a serviço do capitalismo todo seu potencial físico, intelectual e afetivo. (HELOANI, 2003, p. 106).

O que estava em jogo para Taylor era o esvaziamento ou a separação do “trabalho braçal” e “intelectual”. Já na acumulação flexível ou pós-fordismo ocorre uma reaproximação da “subjetividade” do trabalhador para com sua atividade, mas esta mediada justamente pelo capital. Mais adiante, Heloani lembra ainda que a visão taylorista é parcialmente conservada, pois há “o incentivo à cooperação entre chefias e trabalhadores” (2003, p. 122). A diferença crucial se dá justamente nessa “subjetividade”. Enquanto no fordismo ela deveria ser aniquilada, na acumulação flexível forjou-se um novo tipo que atendesse aos interesses do capital.

Cabe agora citar como funciona essa suposta “administração participativa”. O grande marco que delimitou essas participações foi a criação dos *centros de controle de qualidade* (CCQ). Criado por psicólogos do trabalho norte-americanos, esta técnica teve sua experimentação concreta no Japão. Na aparência os CCQs, representam uma forma de “autocontrole” ou “autodesenvolvimento” das capacidades dos trabalhadores de determinada fábrica ou empresa, pois supostamente teriam maior participação em sua gestão. A participação seria “voluntária”, onde um pequeno grupo de pessoas coordenaria atividades a respeito do processo de trabalho, em suma, isso representaria a “integração” do trabalhador na gestão (HELOANI, 2003).

Todavia, é preciso salientar algumas questões. Primeiro o que se discute nesses espaços é bem limitado, serve muito mais como uma “diminuição de gastos com a gerência”, já que o próprio trabalhador iria se “envolver e gerenciar a si mesmo”. (2003, p. 153). Segundo, apesar do discurso de participação e autonomia, a hierarquia não deixa de existir, os funcionários de chão fábrica não detêm parcelas majoritárias em cotas de participação na empresa onde trabalham. Além disso, o CCQ tem aspecto apenas consultivo, não há poder deliberativo. Isso coloca em cheque a questão da “voluntariedade”. Será que as pessoas participam voluntariamente ou porque tem medo de perder seus empregos? E terceiro, as discussões são pautadas exclusivamente em torno da “produtividade e questão de custos”. Obviamente, salários e a mais-valia extraída dos trabalhadores são itens que ficam de fora dos debates (HELOANI, 2003).

Essa chamada – do ponto de vista patronal – “administração compartilhada”, significa também aumentar as responsabilidades que os trabalhadores têm em sua atividade

laboral. Em suma, o aumento de responsabilidades em conjunto com a perda de direitos trabalhistas derivados da nova organização do trabalho, implica em sérias consequências na vida dos indivíduos.

O que há em comum entre os dois regimes de acumulação é a necessidade de criar um tipo específico de trabalhador por meio da ideologia. Nesse ponto, Richard Sennett, trabalha com a ideia de que o atual mundo do trabalho é “ilegível” para aqueles que o habitam. O aumento de responsabilidades os obriga a “jogar” e se “arriscar” cada vez mais (2010 p. 24-27). Pois diferente dos seus antepassados seria impossível manter-se em um emprego durante muito tempo.

Ao longo do livro, Sennett conta a história de algumas pessoas e a ideia de que o trabalhador contemporâneo precisa se “adaptar”, ter várias “redes” para manter-se vivo no mercado de trabalho. Na obra, ele conta a história de um empresário chamado Rico, filho de um zelador, chamado Henrique. O pai diferente do filho teve um emprego estável, que apesar do baixo salário lhe garantiu uma casa no subúrbio de Boston (SENNETT, 2010). O filho ao contrário, troca de emprego constantemente e se depara com a ideia de “fracasso” constantemente. A cada emprego que perde ou troca, lhe ocorre o “medo” por se aventurar ou “arriscar” em um novo empreendimento (p. 94, 2010). Isso é outro aspecto muito importante no trabalho moderno, o “fracasso” se torna uma culpa individualizada do próprio sujeito:

Rico vive em num mundo caracterizado, ao contrário [diferente do pai] pela flexibilidade e o fluxo em curto prazo; esse mundo não oferece muita coisa, econômica ou socialmente, para a narrativa. As empresas se dividem se fundem, empregos surgem desaparecem, como fatos sem ligações. A destruição criativa, disse Schumpeter, pensando nos empresários, exige pessoas à vontade em relação a não calcular as consequências da mudança, ou a não saber o que virá depois. A maioria das pessoas, porém, não se sente à vontade com a mudança desse modo indiferente, negligente. (2010, p. 32)

O título do livro *A Corrosão do Caráter*, deriva justamente disso: Um sentimento de insegurança e individualizações de responsabilidades no mundo do trabalho, gerando dificuldades em construir seus elos e identidades, pois estas estão em constante mudança. No entanto, Sennett apesar dos minuciosos relatos descritivos – muitas vezes quase etnográficos – não vai muito além da aparência ou das próprias representações de consciência de classe que os trabalhadores fazem da sua própria realidade.

O que autor traduz como “insegurança” ou mundo do trabalho como sendo “ilegível” (2010, p. 75), é o estranhamento que pesa sobre os indivíduos que vendem sua força de trabalho. Em um sentido marxiano, isso significa sua consciência de classe, ou uma representação.

Cabe finalmente entrar nas considerações sobre o que podemos chamar de representações que os indivíduos produzem em sua consciência. Marx ressaltava que os sujeitos são reais e históricos por travarem relações uns com os outros, e sua consciência é delineada por esse processo. Chegamos assim a uma última questão: Será que esse sentimento de “insegurança”, ou o próprio estranhamento com as relações de trabalho, não está ensejando justamente um sentimento de negação para a transformação da realidade? Nos últimos anos, acontecimentos como *occupy Wall Street* (2011) e as manifestações de Rua no Brasil (2013), mostraram como apesar do forte aparato da ideologia dominante, é impossível conter as contradições inerentes ao próprio capitalismo.

Referências Bibliográficas

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DEJOURS, Jacques Christophe. *A Loucura do Trabalho*. 5º ed. São Paulo: Cortez, 1992.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. 22º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HELOANI, Roberto. *Gestão e Organização no Capitalismo Globalizado: História da Manipulação Psicológica do Trabalho*. 1º ed. São Paulo: Atlas Cultural, 2003.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1º. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULO NETO, José. *Introdução ao Estudo do Método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. 15º ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

VIANA, Nildo. *Senso Comum, Representações Sociais e Representações Cotidianas*. 1º ed. Bauru: Edusc, 2008.

A mercantilização da comunicação radiofônica

Edmilson Marques*

A comunicação radiofônica surge e desenvolve-se no início do século XX. A sua organização interna e o modo de comunicação que estabeleceu sofreu uma forte influência da sociedade que lhe trouxe ao mundo, ou seja, a sociedade capitalista. Uma das principais questões desta sociedade que conseqüentemente predominou no interior das emissoras e que acabou determinando o seu modo de ser foi o processo de mercantilização pelo qual foi submetido em sua história. A questão é que a mercantilização do rádio fez emergir uma comunicação distinta, pautada por interesses de determinadas classes que fez do rádio um meio para divulgar seus valores e interesses. Mas é preciso aprofundar esta discussão, no sentido de revelar que interesses, valores, etc., estão por trás desse processo. É com este intuito que está a importância de se analisar a mercantilização da comunicação radiofônica. É sobre a origem desta questão que abordaremos de forma breve neste texto.

Para compreender mais claramente a origem da mercantilização da comunicação radiofônica, é preciso partir do pressuposto que a comunicação não é algo que paira sobre a sociedade. Esta integra e é produto das relações sociais estabelecidas. Os seres humanos estabelecem relações entre si e o fazem através de uma constante comunicação. O contexto que isso se dá influencia a forma de se comunicarem. No capitalismo, por exemplo, a comunicação recebeu a interferência de meios tecnológicos de comunicação. Estes ampliaram a forma de se comunicar, porém, foi integrada na lógica do próprio capitalismo.

Nesse sentido, para compreender a origem da mercantilização da comunicação radiofônica é necessário entender o contexto em que o rádio emerge e se desenvolve. Viana, em seu texto *Para Além da Crítica dos Meios de Comunicação*, contribui para compreender esse processo de mercantilização da comunicação. Segundo ele,

O modo de produção capitalista é expansionista, transformando tudo em mercadoria. Neste sentido, a comunicação também se torna uma mercadoria. A grande questão, porém, é que surge um setor específico do capital voltado para a exploração da comunicação mercantil (VIANA, 2007, p. 20).

* Doutor em história, pós-doutor em sociologia, professor da Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Uruaçu.

É este setor do capital voltado para a exploração da comunicação que vai dar origem ao que ele denominou de capital comunicacional, que se trata

Daquele voltado para o investimento capitalista nas empresas de comunicação, cada vez mais oligopolista. É um novo setor do capital, que já existia de forma embrionária no regime de acumulação anterior, mas que se torna mais forte e vai produzindo um processo de concentração e centralização crescente (VIANA, 2007, p. 20).

O capital comunicacional é um conceito fundamental para a análise da comunicação que ocorre através do rádio, uma vez que favorece o entendimento da comunicação como uma relação social. É por ser uma relação social que no interior da sociedade emergirá uma multiplicidade de formas de comunicação. Por isso Viana (2007) chama a atenção para o fato de que uma forma de comunicação pode ser distinguida de outras através do “modo de comunicação”. A comunicação, portanto, é constituída socialmente e em cada sociedade possui seus meios de manifestação. Desde sua origem, no entanto, desenvolveu dois modos básicos de comunicação: o modo de comunicação vertical, autoritário e o modo de comunicação horizontal, igualitário, estabelecido em relações sociais que pautam pela igualdade, pela auto-organização coletiva.

O modo de comunicação vertical é aquele em que a comunicação se estabelece através de uma relação social de dominação, e tem na sociedade dividida em classes sociais a sua expressão concreta. Nesta forma de comunicação, há aquele que impõe uma determinada forma de comunicação e utiliza desta para impor seus interesses. É o exemplo de uma comunicação entre adultos e crianças, que na maioria dos casos, é fruto de uma relação em que os adultos impõem a sua forma de se comunicar. Em uma sociedade de classes esta forma de comunicação atinge a sociedade em sua totalidade, é o que acontece com o rádio, por exemplo, que desde a sua origem mantém predominantemente como a expressão do modo de comunicar do capital e do estado.

Em decorrência do controle que o estado estabeleceu sobre a comunicação que ocorre por intermédio de meios tecnológicos a burocracia estatal mantém em suas mãos o poder de decidir a forma de acesso das pessoas aos meios tecnológicos de comunicação. Na maioria dos casos o público é um mero figurante voltado para dar popularidades ao que se é divulgado. Não participa atividade na produção do que é veiculado. Neste caso, apenas o

capital e o estado mantêm para si o monopólio da comunicação e têm livre acesso sobre os meios tecnológicos utilizados para efetivar a comunicação.

No caso de uma comunicação horizontal o que ocorre é o contrário, ou seja, a comunicação é estabelecida em uma situação de igualdade, há reciprocidade no processo de efetivação da comunicação. Não se trata de uma imposição e uma não-comunicação, em que apenas um dos lados fala. A comunicação horizontal é pautada por relações de igualdade. No caso do uso dos meios tecnológicos de comunicação, o contexto deve permitir o livre acesso de todos e mantém o princípio da liberdade de comunicação, do acesso e gestão coletiva sobre a mesma. A questão, no entanto, é que no modo de produção capitalista, o modo de comunicação acaba sendo submetido aos interesses do capital.

O capital comunicacional se divide em diversas formas e uma delas é o capital radiofônico¹, que reproduz as suas características essenciais e que foram abordadas até aqui. Nesse sentido, a respeito da comunicação radiofônica no interior do capitalismo, podemos observar que em decorrência deste criar uma sociedade pautada pela dinâmica da luta de classes, o seu processo de desenvolvimento faz predominar um modo de comunicação vertical. Isso acontece porque o modo de produção capitalista influencia o modo de comunicação. Por exemplo, a existência do capitalismo está intimamente relacionada com o processo de produção e distribuição de mercadorias. Esse processo vai se expandindo cada vez mais mercantilizando tudo, inclusive o próprio ser humano, que é transformado em uma mercadoria. Nesse sentido,

O modo de produção capitalista é expansionista, transformando tudo em mercadoria. Nesse sentido, a comunicação também se torna mercadoria. A grande questão é que surge um setor específico do capital voltado para a exploração da comunicação mercantil (VIANA, 2007, p. 20).

Este setor específico do capital voltado para a comunicação mercantil citado por Viana (2007) se trata do capital comunicacional. Podemos notar esta relação do rádio com o capital logo em seu surgimento. Após as primeiras pesquisas e descobertas da radiodifusão e o período de experiência que se dá na Europa, o rádio é utilizado nos Estados Unidos como fonte de entretenimento e logo em seguida como fonte de lucro. A primeira forma de utilização da radiodifusão neste país foi na transmissão de músicas. Isso ocorreu em 1920 na

¹ Outras formas assumidas pelo capital comunicacional podem ser notadas na tevê, no cinema, etc.

cidade de Pittsburgh. Um engenheiro da Westinghouse (Frank Conrad) resolveu instalar uma transmissora em uma das lojas desta para veicular músicas. “Houve um interesse particular de Westinghouse quando descobriu que os discos que Conrad tocava vendiam mais na loja graças às transmissões” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 167).

Esta descoberta iria, desde já, mercantilizar a comunicação radiofônica e influenciar o modo de comunicação estabelecido pelo rádio. Ao lado dos discos a empresa começou a utilizar propagandas voltadas para a comercialização de aparelhos receptores de rádio que ela própria passou a produzir. E assim, “cerca de cem mil aparelhos foram vendidos em 1922; e em 1923, mais de meio milhão deles. Por volta de 1925, havia 5,5 milhões de aparelhos em uso nos Estados Unidos, praticamente metade do total mundial” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 167).

Rapidamente, com a oligopolização do capital comunicacional, ocorre a integração do capital radiofônico (ou do pequeno capital radiofônico) nos grandes oligopólios comunicacionais². A primeira emissora a cair nas mãos do grande capital foi a NBC, National Broadcasting Company (criada por Sarnoff) em 1926 e a segunda a CBS, Colúmbia Broadcasting System, esta última criada em 1927 por William Paley, que “começou no rádio anunciando o comércio de charutos de seu pai” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 167). Logo de imediato o rádio é notado por Sarnoff e Paley como um grande negócio e a comunicação que passou a predominar a partir daí tomou como foco principal os interesses da burguesia. Percebe-se assim que o rádio tem sua origem atrelada ao capital e vai se tornando uma ferramenta poderosa para sua própria valorização e reprodução. Ao notar a importância do rádio para contribuir com a sua acumulação de forma ampliada, o capital percebeu a necessidade de controlá-lo.

Assim que o rádio desponta nos Estados Unidos não havia ainda uma preocupação em seu controle. Naquele contexto, qualquer pessoa com um mínimo de habilidade em criar transmissores poderia criar sua própria emissora. Por isso que rapidamente ocorreu a proliferação do rádio e seu uso por particulares ou radioamadores, como ficaram conhecidas as pessoas que utilizam o rádio como forma de entretenimento. Neste contexto, emerge um modo de comunicação horizontal, já que o rádio era utilizado por qualquer pessoa que tivesse interesse em utilizar-se de transmissores. Mas, neste mesmo contexto, o rádio passou a ser

² Nesse processo é que vão surgindo os oligopólios que integram vários meios de comunicação, como rádio, TV, imprensa escrita, etc.

amplamente utilizado para fins comerciais, utilizado pelo capital que estabelece um modo de comunicação que se mantém como expressão de si próprio.

Ainda na década de 1920 o capital busca controlar a comunicação realizada pelo rádio e fazer deste um meio exclusivo de valorização e reprodução de seus interesses. A Westinghouse percebeu o potencial que o rádio favorecia para o lucro logo que foi colocado em atividade, chegando a afirmar que a propaganda radiofônica “era o meio moderno de expressão dos negócios. Ela articulava a indústria. Os negociantes norte-americanos, graças ao rádio, têm disponível o fecho da porta de quase todas as casas dos Estados Unidos” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 167). Mas era necessária ainda uma justificativa para que este controle não despertasse a desaprovação popular, principalmente dos radioamadores que se divertiam com o novo invento. Não demorou para encontrarem uma. A justificativa apresentada foi a de que a proliferação do uso do rádio provocou a interferência de uma emissora na transmissão da outra, que dificultava sua audição pelos receptores.

Ainda em 1927, Herbert Hoover, futuro presidente dos EUA, se encarregaria de auxiliar o interesse do capital comunicacional oligopolista e também do pequeno capital, se propõe a atuar no controle da comunicação. Com isso o estado se estabelece como principal defensor do capital comunicacional, atuando no sentido de permitir que apenas este (o capital) mantivesse-se com exclusividade como agente fomentador da comunicação no capitalismo. Foi com este intuito que criou a “primeira lei governamental estabelecendo a Comissão Federal de Rádio (um exercício limitado de regulamentação), ela não falava de “serviço”, mas de “interesse público, utilidade, necessidade”” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 168). Portanto, desde o início da década e 1920, a radiodifusão foi submetida ao processo de mercantilização, o que fez que em pouco tempo esta fosse transformada em uma empresa capitalista, fazendo emergir daí um setor específico do capital comunicacional, tratando-se do capital radiofônico.

Na Europa, o rádio seria predominantemente utilizado pelo estado como instrumento educacional. A necessidade do capitalismo da força de trabalho cada vez mais especializada era desta forma atendida. O rádio se equivaleria a uma escola, sendo convertido em um meio de transmissão da cultura burguesa e de formação da força de trabalho. Já nos Estados Unidos, o capital radiofônico pautaria por uma programação diversificada, com notícias, músicas, programas esportivos etc., e fundamentalmente, com propagandas de outros setores do capital.

Em período de crise do capitalismo, no entanto, o rádio passa a ser fortemente controlado pelo estado. É transformado em um instrumento da burocracia estatal para combater movimentos revolucionários e manifestações de contestação ao capitalismo. Na Alemanha ocorre uma das primeiras experiências em que o rádio é utilizado diariamente pelo estado para controlar a população. Tornou-se referência no uso político que fez da comunicação radiofônica. Goebbels, ministro da comunicação de Hitler, estabeleceu a audição comunal (WYKES, 1975), uma estratégia para atingir massivamente aqueles que residiam naquele país, no sentido de constranger a população a agir de acordo com os interesses do próprio estado. O estado brasileiro tomou aquele modelo como exemplo e fez o mesmo no Brasil através da instituição de a Voz do Brasil (SAROLDI e MOREIRA, 2005; REBOUÇAS E MARTINS, 2007).

O objetivo era fazer do rádio um meio de controle social. Assim, enquanto o capital continuava com o seu processo de dominar e mercantilizar as emissoras, o estado divulgava seus interesses, as regras e o padrão de comportamento desejado por este. Era uma forma de dificultar o avanço das críticas e de manifestações contrárias ao capitalismo.

Esse controle do estado sobre as emissoras de rádio ficou mais claro em períodos de crise do capitalismo, a exemplo do que ocorreu na década de 1930 e na década de 1960. Naqueles contextos o estado fortaleceu o controle sobre a comunicação radiofônica, transformando-o definitivamente em um instrumento para auxiliar a burguesia, convertendo-o em um importante reproduzidor dos valores axiológicos e das relações sociais pautadas pelo capitalismo. O domínio do capital e o auxílio que recebe do estado, deixou pouco espaço para uma comunicação radiofônica pautada pela crítica social. Deixou poucos espaços para as classes exploradas e oprimidas manifestarem seus interesses. Apesar disso as brechas existem e em muitos casos são aproveitadas, a exemplo do que se convencionou chamar de rádio clandestino.

Em síntese, o rádio nasceu no mundo como meio de entretenimento e atrelado ao estado e aos interesses do capital. Logo que vem ao mundo é apropriado por este último e a partir daí é convertido em uma mercadoria e em um instrumento de controle nas mãos do estado. O contexto da luta de classes em que se desenvolve influenciará o modo de comunicação estabelecido por seu intermédio. Desta forma, predomina um modo de comunicação mercantilizado, autoritário, vertical, em que o próprio rádio é transformado pelo capital em uma mercadoria e ao mesmo tempo em um instrumento de amortecimento

da luta de classes nas mãos do estado. Contudo, há diversas experiências do uso da comunicação radiofônica pelas classes exploradas e dominadas, convertidas pelo estado em uma comunicação ilegal, clandestina, combatida e fortemente controlada³.

Referências Bibliográficas

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

WYKES, Alan. *Goebbels: história ilustrada da II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

REBOUÇAS, Edgard & MARTINS, Mariana. *Evolução da Regulamentação da Mídia Eletrônica no Brasil*. São Paulo, Intercom, 2007.

SAROLDI, Luiz Carlo & MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

VIANA, Nildo. Para Além da Crítica dos Meios de Comunicação. In: VIANA, Nildo (org.). *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro, Corifeu, 2007.

³ Aqui não temos espaço para abordar a comunicação que emerge no interior das classes exploradas e oprimidas. Em outras oportunidades aprofundaremos nesta discussão.